

IDYRIA SUELY PEREIRA VIEIRA LOPES

**PERSONALIDADE E AGRESSIVIDADE EM
ADOLESCENTES E JOVENS ADULTOS RESIDENTES
EM BAIRROS SOCIAIS**

Orientadores: Professora Doutora Inês Franco Alexandre

Professor Doutor Fernando Branco

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Departamento de Psicologia

Lisboa

2012

IDYRIA SUELY PEREIRA VIEIRA LOPES

**PERSONALIDADE E AGRESSIVIDADE EM
ADOLESCENTES E JOVENS ADULTOS RESIDENTES
EM BAIRROS SOCIAIS**

Dissertação apresentada na Universidade Lusófona de
Humanidades e Tecnologias para a obtenção do Grau de
Mestre

Orientadores: Prof. Doutora Inês Franco Alexandre
Prof. Doutor Fernando Branco

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias
Departamento de Psicologia

Lisboa
2012

Agradecimentos

Desejo expressar o meu agradecimento a todos aqueles que contribuíram para a realização deste trabalho.

Agradeço, em primeiro lugar, a Deus pela Sua infinita protecção e ajuda.

Agradeço aos meus orientadores, Professora Doutora Inês Franco Alexandre e Professor Doutor Fernando Branco, pelas revisões imprescindíveis deste trabalho, pela orientação, disponibilidade, incentivo, transmissão de conhecimentos, e pelo apoio e compreensão.

Devo também agradecer à minha família e aos meus amigos pelo incentivo e apoio constante.

Resumo

Alguns estudos foram feitos no sentido de verificar a relação entre os traços de personalidade e a agressividade (e.g. Tyrode & Bourcet, 2002). Jean Pinatel (1987) foi um dos autores que definiu traços comuns de personalidade que se encontram frequentemente nos indivíduos delinquentes. Tais traços são: o egocentrismo, a labilidade, a agressividade e a indiferença afectiva. Contestando esta noção dos traços de personalidade, outros autores (e. g. Gibert & Daffer, 2011) defendem que o comportamento agressivo é entendido como resultado de uma série de experiências que levam o indivíduo a comportar-se de forma agressiva em situações diferentes.

Esta investigação teve como objectivo estudar a relação entre a personalidade e a agressividade numa amostra de adolescentes e jovens adultos que moram em alguns bairros sociais da área de Lisboa, bem como contribuir para uma maior compreensão destas variáveis, nomeadamente a sua relação com as variáveis género, idade e escolaridade. Assim, a amostra foi constituída por 150 participantes, de ambos os sexos, com idades compreendidas entre os 15 e os 29 anos. Para avaliar as variáveis foram utilizadas as seguintes escalas: Big Five Inventory (BFI; Benet-Martínez & John, 1998) para medir a Personalidade e Aggression Questionnaire (AQ; Buss & Perry, 1992) para a Agressividade.

Tendo em conta os principais dados teóricos sobre essas variáveis, espera-se que: 1) Os traços de personalidade dos adolescentes e jovens adultos se correlacionem de forma significativa com a agressividade; 2) Os participantes do sexo masculino apresentem valores diferentes nos traços de personalidade e na agressividade relativamente aos participantes do sexo feminino; 3) A idade se correlacione de forma significativa com as dimensões da personalidade e da agressividade nos adolescentes e jovens adultos; 4) A escolaridade se correlacione significativamente com as dimensões da personalidade e da agressividade nos adolescentes e jovens adultos.

Concluiu-se que a Agradabilidade se correlaciona significativamente com a Agressividade Física e com a Agressividade Total, indicando que quanto maior a Agradabilidade menor a agressividade. Verificou-se que os rapazes e as raparigas apresentaram maiores diferenças na Agradabilidade e na Agressividade Física. A idade não apresentou correlações significativas com a agressividade, no entanto correlacionou-se de forma significativa com a Conscienciosidade e a Abertura à Experiência. E a escolaridade, por

sua vez, apresentou correlações significativas com a Abertura à experiência, a Agressividade Física, a Hostilidade e a Agressividade Total.

Palavras-chave: Personalidade, Agressividade, Delinquência, Adolescentes, Jovens adulto

Abstract

Some studies have been made to verify the relationship between personality traits and aggression (e.g. Tyrode & Bourcet, 2002). Jean Pinatel (1987) was one of the authors who defined common personality traits that are often found in individual offenders. Such traits are: egocentrism, lability, aggressiveness and emotional indifference. Contesting this notion of personality traits, other authors (e. g. Gibert & Daffer, 2011) argue that aggressive behavior is understood as the result of a series of experiments that lead the individual to behave aggressively in different situations.

This research aimed to study the relationship between personality traits and aggressiveness in adolescents and young adults in the some social quarters of the Lisbon area, as well study the relationship of this variable with ‘gender’, ‘age’ and ‘education’. The sample comprised 150 participants of both sexes, aged between 15 and 29 years. To evaluate the variables we used the following scales: Big Five Inventory (BFI; Benet-Martínez & John, 1998) to measure the Personality and Aggression Questionnaire (AQ; Buss & Perry, 1992) for Aggressiveness.

Taking into account the main theoretical data on these variables, it is expected that:

- 1) The personality traits of adolescents and young adults correlate significantly with aggressiveness;
- 2) Male participants have different values in the personality traits and aggressiveness in relation to female participants;
- 3) Age correlates significantly with the dimensions of personality and aggressiveness in adolescents and young adults;
- 4) Education correlates significantly with the dimensions of personality and aggressiveness in adolescents and young adults.

It was concluded that the Agreeableness correlates significantly with the Physical Aggression and the Total Aggressiveness, indicating that the higher Agreeableness shows lower aggressiveness. It was found that boys and girls had higher differences in Agreeableness and Physical Aggression. The age showed no significant correlations with aggressiveness, but correlated significantly with Conscientiousness and Openness to Experience. And the education, in turn, was significantly correlated with Openness to Experience, Physical Aggression, Hostility and the Total Aggressiveness.

Keywords: Personality, Aggressiveness, Delinquency, Adolescents, Young adults

ABREVIATURAS E SÍMBOLOS

APA – American Psychological Association

AQ – Aggression Questionnaire

AQBP – Buss & Perry Aggression Questionnaire

BFI – Big Five Inventory

Big Five – Big Five Inventory

BDHI – Buss & Durkee Hostility Inventory

DP – Desvio-Padrão

EEG - Electroencefalograma

Esp. – Versão espanhola do BFI

FFM – Five Factor Model

Ing. – Versão inglesa do BFI

M - Média

NEO-FFI - Neo Five Factor Inventory

QI – Coeficiente de Inteligência

$R = f(S \times P)$ – R - Natureza e intensidade da resposta comportamental de uma pessoa; S - Situação em que a pessoa está colocada; P - Natureza da personalidade

SNA – Sistema Nervoso Autónomo

ULHT – Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

ÍNDICE

Introdução	9
Capítulo I – Revisão Bibliográfica	11
1. A Personalidade	11
1.1. Conceito de personalidade	11
1.2. Teorias da personalidade: Teorias das disposições vs Teorias Interaccionistas	13
2. A Agressividade	22
2.1. Conceito de Agressividade	22
2.2. Teorias explicativas da agressividade	26
2.3. Agressividade, Género e Idade	29
2.4. Conceito de Delinquência.....	31
2.5. Delinquência em bairros sociais	33
3. Personalidade e Agressividade	35
Capítulo II – Metodologia.....	38
1. Participantes	38
2. Medidas	38
3. Procedimentos	41
Capítulo III - Resultados.....	43
Capítulo IV – Discussão	46
Conclusão	49
Bibliografia.....	51
APÊNDICES	i
Apêndice I – Protocolo de Investigação	ii
Apêndice II – Estatísticas Descritivas das variáveis Sociodemográficas.....	vi
Apêndice III - Estatísticas Descritivas das dimensões do BFI e do AQ.....	ix

Apêndice IV – Correlações de Pearson e Comparação de médias – teste t de Student para amostras independentes	x
Apêndice V - Qualidades psicométricas do BFI e do AQ	xvii

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1- Estatísticas Descritivas BFI	43
Tabela 2 - Estatísticas Descritivas AQ	43

Introdução

Personalidade e Agressividade são temas actuais e fenómenos que fazem parte do indivíduo e da sociedade. A Personalidade é considerada como algo que nos caracteriza e na formação da mesma estão em causa, não só as nossas características pessoais, que podem ser inatas, como por exemplo o temperamento, mas também uma série de factores que contribuem para a formação da nossa identidade, nomeadamente o meio, que pode abranger a família, o ambiente familiar, os amigos, os vizinhos, a escola, a cultura, a sociedade, etc. A agressividade, por sua vez, como fenómeno frequente, é muitas vezes manifestada através de determinados comportamentos desviantes. Em alguns bairros sociais, a agressividade pode estar presente em certos comportamentos levados a cabo pelos adolescentes e jovens. No entanto, esses comportamentos não se restringem a esses bairros sociais, sendo que muitas condutas delinquentes, ou a agressividade em geral, surgem também em meios mais favorecidos. Com efeito, considera-se pertinente estudar a agressividade nos jovens de bairros sociais, bem como a relação que esta poderá ter com a personalidade. Considera-se, ainda, pertinente estudar a relação destas variáveis com as variáveis género, idade e escolaridade.

Assim, o objectivo da presente investigação foi estudar a relação entre traços de personalidade e a agressividade numa amostra de adolescentes e jovens adultos residentes em alguns bairros sociais, bem como contribuir para uma maior compreensão destas variáveis, nomeadamente a sua relação com as variáveis ‘género’, ‘idade’ e ‘escolaridade’. Deste modo, a amostra foi constituída por 150 participantes, de ambos os sexos, com idades compreendidas entre os 15 e os 29 anos e que residem nos seguintes bairros: Cova da Moura-Buraca, S. Marçal-Portela, Outurela e Horta Nova. Para avaliar as variáveis em estudo, foram utilizadas as seguintes escalas: Big Five Inventory (BFI; Benet-Martínez & John, 1998) para a Personalidade e o Aggression Questionnaire (AQ; Buss & Perry, 1992) para medir a Agressividade.

Tendo em conta a revisão bibliográfica sobre os temas estudados, espera-se que: 1) Os traços de personalidade dos adolescentes e jovens adultos se correlacionem de forma significativa com a agressividade; 2) Os participantes do sexo masculino apresentem valores diferentes nos traços de personalidade e na agressividade relativamente aos participantes do sexo feminino; 3) A idade se correlacione de forma significativa com as dimensões da personalidade e da agressividade nos adolescentes e jovens adultos; 4) A escolaridade se

correlacione significativamente com as dimensões da personalidade e da agressividade nos adolescentes e jovens adultos.

Este estudo será apresentado em quatro capítulos. No primeiro capítulo, *revisão bibliográfica*, será feito um levantamento de importantes dados teóricos/estudos relacionados com os temas em estudo, nomeadamente, a personalidade e a agressividade. O segundo capítulo apresenta a *metodologia* da investigação, descrevendo assim a amostra, as medidas utilizadas para avaliar a personalidade e as dimensões da agressividade na amostra em estudo e os procedimentos da investigação. No terceiro capítulo serão apresentados os *resultados* das estatísticas realizadas com o objectivo de testar as hipóteses colocadas. O quarto, e último, capítulo destina-se à *discussão* dos resultados obtidos nesta investigação, comparando estes resultados com os resultados obtidos noutros estudos.

Para a elaboração deste trabalho, recorreu-se às normas de elaboração e apresentação de teses e dissertações na ULHT e às normas de *American Psychological Association* (APA) para as citações e referência bibliográfica.

Capítulo I – Revisão Bibliográfica

1. A Personalidade

Personalidade é um termo que faz parte da nossa vida quotidiana e é também um conceito central em Psicologia. Muitas vezes, utilizamos este conceito para descrever as outras pessoas, como quando ouvimos dizer que determinada pessoa tem uma personalidade forte ou que tem uma personalidade dominante. Alguns autores, como Hansenne (2004) questionam-se sobre a razão da necessidade natural do ser humano de descrever os outros em termos de personalidade. Hansenne (2004) aponta três razões como fundamentais: 1) o facto de esta necessidade natural nos permitir ter imagens coerentes e consistentes das pessoas que nos rodeiam; 2) A palavra personalidade implicar a existência de uma força no interior dos indivíduos, força essa que exerce influência sobre os comportamentos e pensamentos das pessoas; 3) o facto de este mesmo termo dar a impressão de que os traços salientes de determinada pessoa podem distingui-la dos outros sujeitos e, em certo sentido, catalogá-la.

Em relação à etimologia de ‘personalidade’, “...*somos conduzidos ao teatro antigo, a um mundo onde a psicologia como disciplina e, por força, como ciência da mente e do comportamento ainda não existia*” (Martinho, 2010; p. 9). Assim, historicamente, personalidade tem origem na palavra latina *persona*. *Persona* designa a máscara de teatro que os actores usavam, na Antiguidade, para exprimir diferentes emoções e atitudes. Essas máscaras permaneciam imutáveis ao longo da acção, tal como habitualmente se considera que a personalidade se mantém constante durante a vida. Deste modo, os espectadores tinham uma imagem estável e coerente dos actores, do mesmo modo que nós temos uma imagem estável e coerente das pessoas (Hansenne, 2004).

1.1. Conceito de Personalidade

Segundo Buhler (1962) é muito difícil descrever uma personalidade, e ainda mais difícil definir satisfatoriamente este conceito. Quando tentamos descrever uma pessoa, pertence à sua personalidade tudo o que se pode dizer sobre si: qualidades físicas e psíquicas, modos de comportamento, círculo da vida e relações humanas, finalidades e valores que parece seguir e a vida e o agir próprio da sua idade.

Hansenne (2004), também enfatiza esta dificuldade na definição do conceito de personalidade. Assim, o autor afirma que parece mais fácil imaginar as razões que nos levam a descrever os outros em termos de personalidade do que definir este conceito mas que, no

entanto, há esta necessidade de termos imagens coerentes e consistentes das pessoas que nos rodeiam para assim podermos prever as suas reacções.

São vários os autores (Allport, 1937; 1966; Eysenck, 1953; Cattell, 1950; Byrne, 1966; Linton, 1986; Carver et Scheier; 2000) que tentaram definir e explicar o conceito de personalidade.

Allport (1966), baseado numa definição ‘essencialista’, trata a personalidade como uma unidade existente na pessoa, e que tem uma estrutura interna própria. Assim, segundo o autor, “a personalidade é a organização dinâmica, no indivíduo, dos sistemas psicofísicos que determinam seu comportamento e seu pensamento característicos” (p. 50). Hansenne (2004), partindo da definição de Allport, comenta que “a personalidade é uma entidade única que reduz a forma como uma pessoa pensa, reflecte, age e se comporta em diferentes situações. Trata-se de uma organização dinâmica, ou seja, a personalidade não é fruto de um elemento passivo, antes sendo construída por numerosas peças que interagem entre elas e com o exterior, com o meio ambiente. Trata-se de um mecanismo activo.” (p. 23).

Eysenck, outro importante teórico da personalidade, define a personalidade como: “a organização mais ou menos estável e persistente do carácter, temperamento, intelecto e físico do indivíduo, que permite o seu ajustamento único ao meio” (Eysenck, 1976, p.2). A dimensão física apresentada pelo autor remete para as bases biológicas da personalidade, um dos aspectos centrais na teoria de Eysenck.

Cattell (1950) define a personalidade como aquilo que permite uma predição do que uma pessoa, numa dada situação, vai fazer. Através desta definição vemos que Cattell se interessa por um único aspecto da personalidade: poder prever a forma como uma pessoa se vai comportar.

Byrne (1966) define a personalidade como a combinação de todas as dimensões relativamente duráveis de diferenças individuais que podem ser medidas. Esta definição inscreve-se, sobretudo, numa tradição da psicologia diferencial que consiste em medir as diferenças individuais entre os indivíduos.

Linton (1986) define a personalidade como o conglomerado organizado dos processos e dos estados psicológicos pertencentes a um indivíduo. Esta definição também insiste no facto de a personalidade ser um processo organizado, específico de cada indivíduo.

Phares (1991) define a personalidade como um padrão característico de pensamentos, sentimentos e comportamentos que distingue uma pessoa da outra e que persiste ao longo do tempo e de situação.

Ryckman (1982) afirma que a personalidade é a soma de comportamentos de base biológica e aprendida que desencadeiam respostas únicas a estímulos ambientais.

Para Buhler (1962), a personalidade é, além da especificidade pessoal de um indivíduo, também o modo como ele a exprime e como a deixa actuar sobre os outros. Por outras palavras: no conceito de personalidade unem-se não só qualidades do ser ou qualidades próprias de um indivíduo, mas também a sua qualidade de efeito. Aos factores desta qualidade de efeito chamam-se factores dinâmicos.

Segundo Carver & Scheier (2000): a) a personalidade não corresponde a uma justaposição de peças, sendo, sim, uma organização; b) a personalidade não se encontra muito simplesmente num local específico. Ela é activa, tratando-se de um processo dinâmico no interior do indivíduo; c) a personalidade corresponde a um conceito psicológico cujas bases são fisiológicas; d) a personalidade é uma força interna que determina como o indivíduo se comportará; e) a personalidade é construída por padrões de respostas recorrentes e consistentes; f) a personalidade não se reflecte apenas numa direcção, mas antes em várias, à semelhança dos comportamentos, dos pensamentos e dos sentimentos.

Tendo em conta essas definições, pode-se afirmar que não há um consenso na definição da personalidade. Isto deve-se à diversidade das perspectivas segundo as quais os autores encaram a personalidade. Assim, alguns autores baseiam-se mais na perspectiva dos traços ou disposições para defini-la enquanto outros seguem uma perspectiva mais interaccionista para explicar o conceito de personalidade. Porém, de um modo geral, na definição deste conceito, os autores apontam sempre para as características individuais que tornam o indivíduo único no seu modo de se comportar.

1.2. Teorias da Personalidade: Teorias das Disposições vs. Teorias Interaccionistas

Uma variedade de teorias tem sido proposta para explicar como a personalidade se desenvolve e muda, quais os factores que a influenciam e como o fazem, e que papel a personalidade desempenha na determinação do comportamento e na influência da aceitação social e no sucesso (Aiken, 1999).

Neste sentido, várias teorias explicativas da personalidade têm sido desenvolvidas, sendo as mais importantes e mais frequentemente utilizadas: a perspectiva psicanalítica de Freud; a perspectiva neo-analítica de Jung, Adler, Horney, Sullivan, Erickson ou Fromm; a perspectiva humanista, como a de Rogers e Maslow; a perspectiva de aprendizagem de

Skinner, Bandura ou Rotter; a perspectiva cognitiva, de Kelly, Mischel ou Beck; a perspectiva interaccionista de Walter Mischel; a perspectiva psicobiológica de Gray, Tellegen, Zuckerman e Cloninger e a perspectiva das disposições de Allport, Cattell, Eysenck e o *Big Five*. Neste trabalho, iremos centrar-nos e analisar de forma mais aprofundada a perspectiva dos traços e a perspectiva interaccionista.

Historicamente, as teorias de personalidade têm classificado as pessoas de acordo com tipos ou traços. As teorias com base nos traços, factores ou tipos focam-se no que tem sido chamado de estrutura de personalidade. Tanto na sociedade primitiva como moderna, membros de grupos particulares são facilmente interpretados como diferentes nas suas habilidades físicas e mentais, temperamento e uma série de outros traços. Esta naturalidade aparente da abordagem do traço, sem dúvida, é responsável pela sua contínua popularidade entre leigos e profissionais (Aiken, 1999).

Deste modo, as teorias das disposições postulam que os indivíduos possuem predisposições - traços - para responderem de uma determinada maneira, em situações diversas, e que cada pessoa é única, em função dos seus traços de personalidade (Hansenne, 2004).

As tipologias são hoje menos frequentes do que eram antes, tendo-se mantido, porém, algumas das antigas teorias, sendo os mais proeminentes teóricos de traços/factores ou disposições: Gordon Allport, Henry Murray, Raymond Cattell e Hans Eysenck.

A teoria de Allport

Allport (1936) foi o primeiro autor a utilizar o termo *traço* de personalidade. A noção de traços é central na teoria de Allport: trata-se de uma característica durável, a disposição do indivíduo para se comportar de uma determinada maneira em situações diversas. Traços habituais são, por exemplo: a impulsividade, a generosidade, a sensibilidade, a timidez, a empatia ou a honestidade (Hansenne, 2004).

Segundo Allport (1937), a combinação e interacção de traços forma uma personalidade que é única para cada indivíduo e a teoria dos traços está focada em identificar e medir essas características de personalidade individual.

Um tipo de personalidade, ou dimensão da personalidade, corresponde ao composto de diferentes traços - ou sub-dimensões. Trata-se de um qualificativo mais global que engloba diferentes qualificativos mais específicos. Por exemplo, a extroversão corresponde a um tipo

de personalidade que se encontra frequentemente, compreendendo os seguintes diferentes traços: sociabilidade, dominância, assertividade, actividade e nervosidade (Hansenne,2004).

Allport (1937) define alguns critérios relativamente ao conceito de traço: são definidos de forma clara; são mais do que um hábito; a sua natureza não é puramente lógica; eles existem e são observáveis; a sua natureza pode ser empiricamente demonstrada; os traços interagem entre si; não são objecto de julgamento moral; são distribuídos normalmente na população; um comportamento inconsistente com um traço não constitui uma prova da não existência desse traço.

Allport (1936) descobriu que um dicionário de língua inglesa continha mais de 4.000 palavras que descrevem diferentes características ou traços da personalidade, tendo-os categorizado em três níveis:

1. Traços cardinais: traços que dominam toda a vida de um indivíduo, muitas vezes a tal ponto que a pessoa se torna conhecida especificamente por possuir essas características. Allport sugere que os traços cardinais são raros e tendem a desenvolver-se mais tarde na vida;

2. Traços centrais: são as características gerais que formam os fundamentos básicos de personalidade. Estes traços centrais, embora não tão dominadores como os traços cardinais, são as principais características que se pode usar para descrever outra pessoa. Termos como inteligente, honesto, tímido e ansioso são considerados traços centrais.

3. Traços secundários: estes traços são, por vezes, relacionados com as atitudes ou preferências e muitas vezes aparecem apenas em determinadas situações ou em circunstâncias específicas. Por exemplo, fala-se de traços secundários quando um indivíduo fica ansioso ou impaciente quando fala a um grupo (Allport, 1936).

Allport (1937) distingue ainda esses traços individuais, denominados disposições pessoais, que assumem diferentes designações - cardinal, central e secundário - de traços comuns. Enquanto os traços individuais diferem de indivíduo para indivíduo, os traços comuns descrevem características partilhadas por inúmeras pessoas numa determinada cultura.

Para Allport (1966), o princípio básico do comportamento é a sua corrente contínua, ou seja, um determinado acto é o produto da interacção de muitas forças determinantes, uma das quais é constituída pelos traços. Nenhuma teoria de traços pode ser verdadeira se não admitir e não explicar a variabilidade do comportamento de uma pessoa. As pressões do ambiente, as companhias e as reacções da pessoa podem adiar, aumentar, deformar ou inibir totalmente a conduta que normalmente esperaríamos, se apenas tivéssemos em conta os seus

traços. No entanto, o comportamento de um indivíduo dependerá, além de uma parte variável, uma parte constante; é esta parte constante que se designa como traço.

Segundo Allport (1966), as provas para a existência de traços, decorrem de coerências entre actos separados e observáveis de comportamento, e esses actos separados são ‘indicadores’ de traços. Assim, para o autor, quando temos dezenas, centenas ou mesmo milhares de actos que mostram consistência e regularidades, temos mais confiança para falar de um determinado traço.

Segundo Hansenne (2004), uma das grandes críticas que se pode dirigir a esta teoria reside no facto de a mesma não ser exactamente uma teoria: Allport desenvolveu uma teoria sobre os traços de personalidade e uma teoria sobre o desenvolvimento da personalidade, mas não há, a nível nenhum, qualquer ligação entre ambas, ou seja, foram elaboradas diferentes mini-teorias, mas nunca uma teoria de corpo inteiro. Contudo, há que manter em mente o facto de Allport se encontrar à margem da corrente das disposições uma vez que preconiza uma abordagem ideográfica, e não nomotética, entendendo que os indivíduos não agem necessariamente da mesma forma em contextos diferentes e que nem sempre é possível fazer generalizações a partir de comportamentos individuais.

A teoria de Cattell

A teoria de Cattell, baseada na observação, constituiu uma viragem no estudo da personalidade, sendo o tema abordado de um modo muito diferente (Cattell, 1950). Este autor considerava ser necessário colher diversos dados, analisá-los de acordo com um método estatístico, para, finalmente, daí retirar princípios. Tais princípios podem, então, gerar hipóteses que podemos testar. Assim, o autor propôs a seguinte fórmula para fazer uma predição do comportamento: $R = f(S \times P)$, em que R corresponde à natureza e à intensidade de uma resposta comportamental de uma pessoa - o que ela diz, pensa ou faz, S equivale à situação em que a pessoa está colocada e P representa a natureza da personalidade. Assim, para o autor, é possível determinar de que forma um indivíduo vai comportar-se, se conhecermos a sua personalidade, bem como o contexto em que o mesmo indivíduo se encontra (Cattell, 1965).

Cattell estudava diversos indivíduos, numa ou em diversas situações, utilizando a análise factorial no sentido de determinar as dimensões fundamentais da personalidade. A utilização desta técnica implica que as dimensões fundamentais da personalidade,

determinantes para o comportamento, sejam comuns a todos os indivíduos, que sejam hierarquicamente organizadas e que sejam quantificáveis (Cattell, 1965).

Na teoria de Cattell, os traços constituem a dimensão de base da personalidade e trata-se de entidades permanentes que são herdadas e que se desenvolvem ao longo da vida (Cattell, 1950).

Cattell exerceu grande influência em diversos domínios da Psicologia e contribuiu para o desenvolvimento de técnicas matemáticas de análise factorial e multidimensional. Uma das grandes críticas dirigidas à sua teoria reside no facto de a mesma assentar, exclusivamente, na análise factorial, um método que não se encontra desprovido de enviesamentos. Existem diversos métodos de análise factorial que, por vezes, chegam a resultados contraditórios (Hansenne, 2004).

A teoria de Eysenck

Eysenck (1982) propõe a existência de três factores principais: introversão/extroversão, estabilidade emocional/instabilidade (neuroticismo) e psicoticismo. Para o autor bastam três super-traços, ou dimensões, para descrever a personalidade.

De acordo com Eysenck & Eysenck (1975), o típico introvertido é caracterizado como: calmo, introspectivo, amante de livros ao invés de pessoas; reservado e distante, excepto para amigos íntimos; tendendo a planear antecipadamente e desconfiado perante os impulsos do momento; não gostando de excitação, levando as questões da vida cotidiana com uma certa seriedade, e gostando de uma vida metódica; mantendo os seus sentimentos sob um controle rigoroso, comportando-se raramente de forma agressiva, e dando grande valor a padrões éticos. O típico extrovertido é sociável, gosta de festas, tem muitos amigos, necessita de ter pessoas para falar, e não gosta de leituras ou estudar por si mesmo; anseia emoções e gosta de arriscar e agir pelo impulso do momento, e é geralmente um indivíduo impulsivo; gosta de piadas, tem sempre uma resposta pronta, e geralmente gosta de mudanças; é despreocupado, descontraído, optimista, e ‘gosta de rir e ser feliz’; prefere estar sempre em movimentos e a fazer coisas, tende a ser agressivo e perde a paciência rapidamente; os seus sentimentos não são mantidos totalmente sob controlo e nem sempre é uma pessoa de confiança.

Relativamente à segunda dimensão de personalidade de Eysenck, os indivíduos emocionalmente instáveis – neuróticos - são descritos como ansiosos, inquietos, mal-humorados, irritáveis, indivíduos emocionalmente sensíveis e que têm dificuldade de

voltarem ao estado normal depois de uma experiência estressante. No outro extremo desta dimensão são categorizados os indivíduos emocionalmente estáveis, que são descritos como calmos, cuidadosos e equilibrados.

Indivíduos com altos níveis na terceira dimensão de personalidade de Eysenck, psicoticismo, são descritos como: egocêntricos, agressivos, impulsivos, frios, ausentes de empatia e afecto pelos outros, e geralmente desinteressados em relação aos direitos e bem-estar dos outros (Eysenck, 1982).

Para Eysenck (1953), tal como Cattell, o objectivo da Psicologia era a predição dos comportamentos. O autor também considerava que a análise factorial era um método necessário, embora não suficiente, para descrever as dimensões da base da personalidade, e que os factores hereditários influenciavam fortemente a personalidade. Na sua teoria da personalidade, Eysenck distingue quatro sectores: sector cognitivo, ‘inteligência’, sector conativo, ‘carácter’, sector afectivo, ‘temperamento’ e sector somático, ‘constituição’. Às unidades que procura determinar estatisticamente chama traços de personalidade e tipos de personalidade (Eysenck, 1953).

Eysenck estabeleceu diferenças entre tipo e traço, preconizando que “tipo é um grupo de traços correlacionados” enquanto o traço “é um grupo de actos correlacionados do comportamento ou tendências para a acção” (Eysenck, 1976, p. 5).

Entre os traços observados por Eysenck temos por exemplo o ‘sentimento de dependência’, a ‘carência de energia’, a ‘depressão’, a ‘apatia’, ou a ‘angústia’. Os tipos que Eysenck observou são principalmente aqueles que Ernest Kretschmer e Carl Jung haviam estabelecido. Assim examinou a extroversão e introversão, conceitos pelos quais Jung entende a personalidade mais voltada para o exterior e a mais voltada para o interior, respectivamente (Bulher, 1962).

Relativamente às críticas à teoria de Eysenck, Gordon Allport criticou a perspectiva nomotética de Eysenck, procurando substituir os tipos de personalidade encontrados por este por uma compreensão *ideográfica* do *self*, capaz de alcançar o conteúdo propriamente humano de cada pessoa (Martinho, 2010). À semelhança de Cattell, o autor utilizava a análise factorial como método estatístico para elaborar a sua teoria, método esse, como foi dito anteriormente, que não se encontra desprovido de enviesamentos. Além disso, Eysenck teria adoptado posições éticas não defensáveis, como a de pensar que os indivíduos brancos são superiores aos negros (Hansenne, 2004).

O modelo dos cinco factores

Esforços sistemáticos para organizar a taxonomia da personalidade começaram pouco depois de McDougall (1932) afirmar que a personalidade pode ser analisada utilizando cinco distinguíveis mas separados factores, nomeadamente: intelecto, carácter, temperamento, disposição e maneira de ser.

Os teóricos haviam sugerido uma série de características diversas possíveis, incluindo a lista de Gordon Allport (1936) de 4000 traços de personalidade, os 16 factores de personalidade de Raymond Cattell (1943) e a teoria de Eysenck (1982) dos três factores.

Muitos pesquisadores sentiram que a teoria de Cattell era demasiado complexa e a de Eysenck muito limitada. Como resultado, surgiu a teoria dos cinco factores para descrever os traços básicos que servem como blocos de construção da personalidade. Assim, muitos psicólogos da personalidade contemporâneos acreditam que há cinco dimensões básicas da personalidade – extroversão, agradabilidade, conscienciosidade, neuroticismo e abertura à experiência - muitas vezes referidas como o ‘*Big Five*’.

Evidências desta teoria têm vindo a crescer nos últimos anos, expandidas por pesquisadores como Norman (1963), Smith (1967), Goldberg (1981), e McCrae & Costa (1987).

Costa & McCrae (1985) sustentaram cinco factores – neuroticismo, extroversão, abertura para a experiência, agradabilidade e conscienciosidade – que consideram necessários para explicar as diferenças de personalidades. No factor **neuroticismo**, os indivíduos com altos níveis na medida deste factor são descritos como ansiosos, inseguros, preocupados, auto-conscientes, auto-piedosos e vulneráveis. Indivíduos com baixo nível de neuroticismo são descritos como seguros, calmos, com auto-satisfação e humor contante. De acordo com McCrae & John (1992), o termo neuroticismo não se refere necessariamente a qualquer defeito psiquiátrico. Um termo mais apropriado poderia ser ‘afectividade negativa’ ou ‘nervosismo’. No factor **extroversão**, indivíduos com altos níveis na medida deste factor são descritos como activos, afectuosos, divertidos, sociáveis, impulsivos e faladores; indivíduos com baixos níveis são descritos como calmos, passivos, reservados, pouco expansivos e moderados. Relativamente ao factor **abertura à experiência**, os indivíduos com altos níveis na medida deste factor são descritos como criativos, curiosos, imaginativos, independentes, liberais e originais; baixos níveis na medida deste factor são descritos como conformistas, conservadores, convencionais, não são criativos e nem curiosos. No factor **agradabilidade**, os indivíduos com altos níveis na medida deste factor são descritos como generosos, bem-

humorados, prestativos, condescendentes e confiáveis; indivíduos com baixos níveis são descritos como antagónicos, críticos, cruéis, mesquinhos e desconfiados. Em relação ao factor **conscienciosidade**, indivíduos com altos níveis na medida deste factor são descritos como cuidadosos, conscienciosos, trabalhadores, perseverantes, pontuais e bem organizados; indivíduos com baixos níveis são descritos como negligentes, desorganizados, atrasados, descuidados, preguiçosos e de fraca vontade (McCrae & Costa, 1985).

O modelo dos cinco factores é uma organização abrangente da estrutura do traço de personalidade. Apesar do grande interesse e aceitação que na década de oitenta e de noventa esta proposta tem tido, algumas reticências e limitações da mesma têm sido assinaladas. Uma das críticas apontadas ao modelo dos cinco factores (FFM), nomeadamente por Eynsenck (1993), é a de que a taxonomia do *Big Five* carece de alguns elementos básicos para ser considerada uma teoria científica. Ou seja, o modelo dos cinco factores não propõe uma explicação causal das diferenças individuais. Em concordância com a crítica supracitada, Briggs (1992) refere que um dos limites do modelo, consequência do seu carácter ateorético, seria a falta de especificidade na definição dos cinco factores, fruto, em parte, do seu empirismo.

Alguns estudos sugerem que são necessários mais do que cinco dimensões para abranger o domínio da personalidade; por exemplo, Hogan (1986) defendeu seis dimensões - sociabilidade, ambição, ajustamento, amabilidade, prudência e intelecto. Contudo, geralmente os pesquisadores concordam que há cinco fortes factores de personalidade, que podem servir como uma taxonomia significativa para a classificação de atributos de personalidade (Digman, 1990).

Várias críticas foram apontadas à estabilidade dos traços, afirmando que não é possível prever apenas através do conhecimento dos traços de personalidade o modo como o indivíduo reagirá em cada situação específica, sendo a descrição através dos traços inútil, pois o comportamento não se mantém constante, e as correlações para o mesmo traço em situações diferentes são bastante baixas (Martinho, 2010).

A Teoria Interaccionista de Walter Mischel

Segundo Martinho (2010), Walter Mischel foi o grande responsável pela crise profunda que se instalou na antiga Psicologia relativamente à teoria dos traços.

Mischel cedo rejeitou a noção de traços de personalidade. Em sua opinião, não existem elementos invariantes e permanentes que determinem comportamentos estáveis, em

diferentes situações (Mischel & Shoda, 1998). O autor considera que os indivíduos comportam-se de forma diferente, em função das situações. Ou seja, a forma como nos comportamos depende, em parte, do contexto situacional. Assim, os indivíduos decidem comportar-se de uma ou outra maneira em função do contexto. O autor defende ainda que o facto de se descrever comportamentos em termos de traços estáveis perde parte da sua força preditiva (Mischel, 1979).

Mischel (1990) sugere que uma teoria adequada da personalidade deve ter em conta cinco categorias. A primeira categoria é a *competência*, que significa que o indivíduo possui as qualidades cognitivas para realizar um comportamento adequado, ou seja, que sabe de que forma deve comportar-se para obter o que deseja e fá-lo de forma eficaz. A segunda variável corresponde às *estratégias de codificação* e aos constructos pessoais. Este ponto faz referência aos nossos esquemas cognitivos. Aproximamo-nos, observamos, interpretamos e caracterizamos os acontecimentos e as pessoas de forma diferente, em função das nossas representações mentais. Não são as situações objectais que vão determinar de que modo nos comportamos, mas sim a nossa vida pessoal e a nossa interpretação. Duas pessoas não reagem da mesma maneira face a uma dada situação, pois vivem-na de maneira diferente. *Expectativas* são a terceira variável, à qual Mischel concede uma posição importante na sua teoria. Existem dois tipos de expectativas: a primeira refere-se à expectativa que temos face a estímulos conhecidos. Por exemplo: quando ouvimos uma sirene, esperamos ver uma ambulância ou um carro de bombeiros. A segunda diz respeito às nossas expectativas face aos nossos comportamentos. Quando nos comportamos de uma certa forma, esperamos ver um efeito no ambiente que nos rodeia. Temos representações mentais do nosso meio, que nos constroem em função das nossas aprendizagens. Tais representações dão-nos uma visão pessoal do mundo, e podem, em certos casos, ser enviesados, como em determinadas patologias mentais. A quarta variável de Mischel refere-se aos *valores subjectivos* da pessoa. São os resultados que a pessoa espera dos seus comportamentos, o que a motiva a reagir e o que a orienta, ou seja, são as motivações e as escolhas que as pessoas fazem. A quinta e última variável corresponde ao que Mischel designa por *sistemas de auto-regulação* e por *planos*. Os indivíduos têm objectivos na vida; planeiam e juntam esforços para que os referidos planos se concretizem.

Mischel & Shoda (1995) propõem uma teoria que permite conciliar os dados contraditórios, que são a estabilidade dos traços de personalidade e a variabilidade dos comportamentos em diferentes contextos. Os autores postulam que os indivíduos diferem, não

apenas na forma como codificam as informações do ambiente, mas também nas suas expectativas, crenças e objectivos. Estes diferentes elementos interagem uns com os outros e com a situação exterior.

Para Bouchard (1997), o indivíduo é único em seu / sua personagem e parte de um complexo sistema que torna impossível prever as reacções com certeza e constata que embora a genética pareça influenciar a personalidade, nem a disposição genética, nem influências ambientais parecem ser determinantes.

As teorias sociopsicológicas da personalidade atribuem um papel decisivo na evolução da personalidade à relação entre os homens e as influências do mundo ambiental cultural, isto é, de uma maneira geral, ao factor social. Partem assim de certo modo do extremo oposto ao dos investigadores da constituição, que tornam responsável pela estrutura da personalidade em primeira linha a hereditariedade (Bulher, 1962).

Resumindo, pode-se dizer que esta teoria se contrapõe à teoria dos traços, uma vez que põe claramente em questão a noção dos traços e a estabilidade dos comportamentos. Assim, explica as diferenças individuais tendo em conta as variáveis cognitivas, que se exprimem de forma diversificada e em função do contexto.

2. A Agressividade

2.1. Conceito de Agressividade

Os fenómenos do comportamento agressivo podem ser muito diversos, pelo que a significação da agressividade não é unívoca. Há divergências, discordâncias ou incompreensões entre os pontos de vista do neurofisiólogo, do etólogo, do psicólogo ou do psicanalista, pelo que é necessário fazer uma destrição entre os conceitos de agressividade, agressão e violência (Oliveira, Anciães & Faria, 1999).

Agressividade

A agressividade é um termo difícil de definir e sobre o qual não há consenso. A raiz etimológica da palavra agressividade vem do latim *aggredi*, que significa ‘ir na direcção de’, ‘seguir em frente’. Ser agressivo pode ser definido como movendo-se para a frente na direcção de um objectivo sem hesitação, dúvida ou medo. No entanto, a agressividade pode ser um ‘comportamento que resulta em dano pessoal’ (Bandura, 1973).

A agressividade é definida como uma expressão emocional, que pode dar origem a uma determinada conduta, sendo por vezes associada à cólera ou raiva, e ao consequente comportamento de atacar ou destruir, ou seja, qualquer acção exercida que vise prejudicar alguém (Munnich, 1983; Ajuriaguerra & Marcelli, 1986). Assim, o estado afectivo básico que caracteriza a activação da agressão é a agressividade (Oliveira, Anciães & Faria, 1999).

Segundo Freud (1972), a agressividade é um fenómeno de reacção afectiva necessária para a adaptação social numa luta pela vida e, sem esta capacidade agressiva, o ser humano não resistirá ao meio envolvente. Assim, para o autor, ela é necessária para conquistar um espaço no grupo social, enfrentando a concorrência e a competição. Freud considera ainda que a agressividade é o suporte construtivo de toda a actividade, de toda e qualquer realização do Homem. A actividade e a expressão da agressividade são a expressão de uma tendência e de um interesse, tendo como finalidade a criação e a manutenção de um ambiente com condições favoráveis, na luta contra os vários obstáculos que se opõem ao indivíduo na sua vida quotidiana. Deste modo, de entre as forças instintivas com aspecto transformador e combativo, a agressividade tem um papel primordial. É a par da agressividade que o instinto de conservação se exerce em muitas circunstâncias. Constitui um estado permanente de uma força afectiva que nos leva a rever as dificuldades.

Bandura (1973) considera também que a maioria dos comportamentos agressivos das crianças tem na base da sua aquisição a imitação dos modelos dos pais, dos pares de comunicação. Portanto, para este autor, a agressividade encontra-se desde cedo no desenvolvimento do indivíduo, mas as suas manifestações dependem da aprendizagem, nomeadamente, da aprendizagem de observação.

Agressão

Relativamente à agressão, esta palavra tem como étimo *aggression*, que significa ‘acção ou efeito de adquirir’ (Bandura, 1973).

Megargee & Siann (1982; 1985; cit. por Howlls & Hollin, 1989), definem a agressão como a intenção de magoar ou tirar vantagem sobre as outras pessoas, sem que isso envolva necessariamente ofensas corporais.

Segundo Hacker (1981), a agressão é essencial e vital para o Homem. Este autor refere a existência de dois tipos de agressão: a agressão incontrolável, que se trata de um acto não diferenciado e não adaptado ao objecto, nem à realidade; e a agressão controlável que diz respeito a uma actividade adaptada a um fim ou a uma realidade. Para Hacker (1981), a

agressão pode definir-se então como a tendência ou a “energia inerente ao homem que originariamente se manifesta pela actividade e, posteriormente, sob as mais diversas formas individuais e colectivas socialmente aprendidas e difundidas, desde a simples afirmação pessoal à violência” (p. 5).

Kohut (1978, 1988) salienta que a agressão humana está ligada às duas grandes constelações psicológicas absolutistas: o ‘self grandioso’ e o ‘objecto arcaico onipotente’. “A mais horrenda destrutividade humana é encontrada não sob a forma de comportamento selvagem, regressivo e primitivo, mas sim na forma de actividades organizadas e ordenadas, na qual a destrutividade de seus perpetradores acha-se mesclada com uma convicção absoluta sobre sua grandeza e com sua devoção a figuras arcaicas onipotentes.” (Kohut, 1988, p. 136).

Agressão afectiva e agressão predatória

Segundo Oliveira (1994), existem duas formas de agressividade no ser humano: afectiva e predatória. A agressão afectiva caracteriza-se por ser normalmente acompanhada por estados emocionais intensos e por constituir uma reacção a um estímulo que ameaça a homeostasia do sujeito. É sempre circunscrita temporalmente e o seu deslocamento para outro alvo é frequente. Além disso é marcada pela hipervigilância a todos os estímulos, causando uma difusão da atenção. Muitas vezes regista-se um abaixamento da auto-estima.

Para Geen (1990), a agressão afectiva ou agressão colérica - raiva, em que o seu principal objectivo consiste na situação de injúria ou ofensa ao outro que provoca a situação, é muitas vezes acompanhada por um forte estado emocional negativo. A emoção a que se chama ‘raiva’ é frequentemente estimulada por alguma provocação e é tida como condição interveniente de instigação que, posteriormente, conduz a um comportamento agressivo.

A agressão afectiva é um comportamento com uma motivação de ordem emocional e surge como reacção a uma ameaça eminente (Meloy, 1988). Assim, segundo Meloy (2000), a agressividade e violência afectiva caracterizam-se pela intensa excitação simpática do Sistema Nervoso Autónomo (SNA), pela experiência subjectiva de emoção consciente, pela violência reaccional e imediata, pela existência de uma ameaça percebida interiormente ou exteriormente, pelo objectivo de reduzir a ameaça, pelo deslocamento rápido do alvo da agressividade, pela sequência comportamental limitada no tempo, por ser antecedida por um ritual público, pela sua dimensão essencialmente afectiva, pela vigilância sensorial acrescida e difusa, pela perda possível da prova da realidade e por uma diminuição da auto-estima.

A agressão predatória, por sua vez, caracteriza-se pela ausência de activação emocional e implica um período de perseguição. Trata-se de uma acção unilateral, intencional e planeada conscientemente. O seu fim é a gratificação pessoal, conseguida através da actualização de fantasia de onnipotência e de controlo do objectivo. O alvo da agressão predatória é normalmente perseguido com um empenhamento total. Este tipo de agressão é normalmente precedido por um período de fantasias de ensaio e de rituais privados que permitem a manutenção de fantasias de grandiosidade, onisciência, onnipotência, infalibilidade e, em certos casos, de fantasias de imortalidade. Como se depreende facilmente, esta forma de agressividade aumenta a autoconfiança do sujeito, tendendo este a expandir-se dado o acréscimo de auto-estima que experiencia (Oliveira, 1994).

Segundo Meloy (2000), a agressividade e violência predatória caracterizam-se pela ausência total ou quase total de excitação do Sistema Nervoso Autónomo (SNA), pela ausência de experiência consciente da emoção ou pela ameaça mínima, por ter objectivos multideterminados e variáveis, pelo deslocamento mínimo ou ausente do alvo da agressividade, pela sequência comportamental ilimitada no tempo, por ser precedida ou seguida de ritual privado, pela sua dimensão essencialmente conato-cognitiva, pela vigilância sensorial acrescida e focalizada, pela prova da realidade inalterada e pelo aumento da auto-estima.

Violência

A violência é definida, segundo Tardiff (1996), como um meio directo de extrema e agressiva força física, que sendo desenfreada resulta em dano, destruição ou abuso. No entanto, este autor diz que, para considerarmos as causas da violência humana, é necessário usarmos um modelo multifactorial. Devem ser conceptualizados uma série de factores que podem fazer aumentar ou diminuir a predisposição dos indivíduos para a violência. Esses factores podem estar já presentes aquando do nascimento ou podem ser adquiridos durante o processo de desenvolvimento. Os factores internos interagem com os factores externos, e essas interacções podem ser a chave do comportamento violento.

A violência não é necessariamente obra da agressividade; um acto agressivo, uma crítica privada ou uma manifestação pública, pode não ser violento (Doron & Parot, 1991). Assim sendo, a noção de violência também varia de cultura para cultura: o que é violento para uma sociedade pode ser absolutamente normal para outra. Porém, as sociedades modernas definem violência de maneira semelhante: todas as formas pelas quais os Homens perdem

seus direitos e têm sua integridade moral e física ameaçada, seja por outros Homens, seja pela sociedade (Loconte, 1999).

De acordo com a abordagem sobre a agressão definida por DaGlória & DeRidder (1979; cit. por Geen 1990), conceitos como ‘atacar’, ‘malícia’ ou ‘agressão’ devem ser definidos como referência a essas normas. Estes investigadores conceptualizaram a agressão como uma possível saída numa situação onde ambas as partes se confrontam por algum objectivo e cada parte pretende evitar que a outra alcance esse mesmo objectivo. No decurso deste processo presume-se que cada parte deve demonstrar um nível de estimulação adversa entre si. A norma implícita neste contexto é que os sujeitos envolvidos demonstrem tal estimulação apenas numa quantidade e nível necessários para alcançarem os seus objectivos. Se qualquer um dos sujeitos exceder o nível considerado normativo, o seu comportamento será entendido pelo outro como excessivo e motivado pela intenção de ofender fisicamente, isto é, será visto como um ataque malicioso.

Para Hacker (1981), a educação, a família, o trabalho, o Direito, a Igreja, as instituições sociais e o estado, enquanto dispositivos, têm uma função essencial no controle da agressão, “são instituições cujo objectivo é o de captar e dirigir a agressividade individual, que desta forma fica reprimida e presa a uma estrutura. A sua função consiste na absorção e canalização da agressividade individual como objectivo de a submeter ao controle da colectividade e de a utilizar de forma produtiva, racional, altruísta e se possível sem violência” (p.28).

2.2. Teorias explicativas da agressividade

O primeiro passo para aceder à compreensão de um fenómeno é tentar descobrir qual ou quais são as causas, remotas ou mais próximas, que o desencadeiam (Gonçalves, 2000). Assim, várias teorias tentaram explicar o fenómeno da agressividade, sendo algumas delas as teorias biológicas, a teoria da frustração-agressão, as teorias da aprendizagem e as teorias interaccionistas.

Teorias Biológicas

Do ponto de vista biológico, tem sido defendido que a agressão terá de envolver activação - no sentido da activação do sistema nervoso central, traduzida por vários indicadores como, por exemplo, níveis da condutância eléctrica da pele, do ritmo cardíaco, etc. Este termo, apesar de ser de origem psicológica, é aplicado “ quando há evidência de

alterações do estado interno do organismo que incluem alterações do ritmo cardíaco, da respiração e da distribuição do sangue pelos tecidos” (Teixeira, 2000, p. 20).

Alguns autores (e.g., Denno, 1990; Eysenck & Gudjonsson, 1980; Trasler, 1987; cit. por Gonçalves, 2000), com base em alguns estudos, defendem que a Biologia tinha e tem uma indefectível importância na explicação e compreensão da anti-socialidade. Entre estes estudos realçam-se: os realizados com gémeos monozigóticos e dizigóticos, como o estudo de Lang, o primeiro estudo com gémeos, nos finais da década de 20, em que é referida uma concordância elevada nas condutas anti-sociais dos gémeos monozigóticos por oposto aos dizigóticos (77% contra 12%) (Eysenck & Eysenck, 1978); os estudos com sujeitos adoptados, onde é feita uma separação entre efeitos genéticos e ambientais; e os estudos cromossómicos, em que associam o comportamento anti-social, a agressividade e a violência com a presença de um duplo cromossoma Y (Gonçalves, 2000).

E ainda, no que diz respeito às teorias biológicas e com maior acessibilidade à experimentação, são relevantes os estudos com o Electroencefalograma (EEG), os estudos do Sistema Nervoso Autónomo (SNA), os estudos com factores bioquímicos ou farmacológicos e os estudos relacionados com a hipótese de disfunção cerebral (Gonçalves, 2000).

Teoria da frustração – agressão

A teoria da frustração-agressão é das mais utilizadas como explicação da agressividade. Esta abordagem postula a existência de uma conexão inata e indispensável entre a frustração, como estimulação antecedente, e o comportamento agressivo, como reacção posterior a essa estimulação; isto é, segundo esta hipótese, o comportamento agressivo seria uma consequência lógica da frustração (Doron & Parot, 1991).

De acordo com esta teoria, o indivíduo exhibe agressividade por duas ordens de motivos: se se encoleriza ou se os seus comportamentos violentos foram anteriormente reforçados. Desta forma, uma personalidade agressiva distingue-se de uma personalidade não agressiva por possuir um maior número de variedade de acontecimentos ou situações que para ela constituem ameaças ou que activam os seus sentimentos de cólera. Além disso, o seu nível de activação emocional e fisiológica, bem como as cognições que apoiam o uso da violência, é igualmente maior (Gonçalves, 2000).

Teorias da aprendizagem

Estas teorias centram-se nas influências ambientais. Na perspectiva clássica de aprendizagem, o comportamento de um indivíduo depende do controlo transmitido pelo ambiente social (Ryckman, 1982). Assim, a concepção das teorias da aprendizagem social defende que a agressividade é resultante da aprendizagem, podendo deste modo, existir o reforço ou a repressão das reacções emocionais.

Bandura (1973) foi um dos autores mais importantes inscritos nesta teoria, defendendo que um modelo explicativo de agressão deve explicar o modo como se desenvolvem os modelos agressivos do comportamento. Assim, a teoria da aprendizagem social dá especial importância, quer às influências do meio social, quer às cognitivas e de auto-regulação, na determinação do comportamento agressivo. Este modelo reconhece as influências das estruturas biológicas no tipo de resposta agressiva e dos factores genéticos na qualidade e progressão da aprendizagem; no entanto, advoga que, em relação às outras espécies, o Homem é menos limitado por determinantes biológicos. Embora a frustração seja um elemento facilitador da agressão, não é uma condição necessária para que esta se concretize. A aprendizagem tem especial relevância na aquisição de comportamentos agressivos, sendo que, grande parte destes, são adquiridos pela imitação de modelos relacionados com os pais, os educadores, os companheiros de grupo - pares, os meios de comunicação social, entre outros (Bandura, 1973).

Para Hacker (1981), o comportamento é o resultado de uma influência de diversos factores, de entre os quais, os genéticos e os ambientais.

Para além dos processos de modelação, a teoria de aprendizagem social postula que o comportamento agressivo tem também por base o tipo de reforço directo fornecido sob a forma de recompensa ou punição. Por outro lado, este modelo destaca o processo de auto-reforço em que o comportamento agressivo é fonte de auto-estima e orgulho, e a agressão tem a função de auto-satisfação (Bandura, 1973).

Teorias Interaccionistas da agressividade

Gonçalves (2000), com base em várias teorias, de abordagem biológica, psicológica, sociológica e situacional, coloca o Homem como ser 'Bio-Psico-Social' e faz algumas constatações em relação ao comportamento agressivo. Assim, afirma que: 1) o comportamento agressivo e anti-social na infância é preditor, com muita frequência, do comportamento violento do adulto; 2) Algumas características fisiológicas podem predispor a

criança para ser mais ou menos agressiva, mas tais predisposições são em grande medida moderadas pelo ambiente em que a criança é criada; 3) As atitudes, as crenças e os valores acerca da violência produzem uma influência considerável no comportamento violento; 4) As crianças que crescem em ambientes muito desfavorecidos, onde a pobreza, a frustração e a falta de esperança são endémicos, encontram-se numa situação de risco muito maior em relação ao envolvimento futuro em actos violentos e anti-sociais do que outras crianças; 5) A violência atrai violência e as crianças que vivem em famílias ou em comunidades onde a violência é frequente e que além disso absorvem através dos *media* outros exemplos e representações dessa violência, encontram-se numa situação de maior risco para se tornarem também violentos; 6) As crianças que crescem em ambientes muito desfavorecidos, onde a pobreza, a frustração e a falta de esperança são endémicos encontram-se numa situação de risco muito maior em relação ao envolvimento futuro em actos violentos e anti-sociais do que outras crianças;

Na última década, a investigação tem confirmado a existência de vários tipos de agressão que são acompanhados por diferentes motivações subjacentes (Gilbert & Daffer, 2011). Com efeito, o comportamento agressivo é, então, entendido como resultando de uma série de experiências que prepararam o indivíduo para comportar-se de forma agressiva em situações diferentes, culminando na aquisição de estruturas cognitivas agressivas que são mais tarde repetidamente recuperadas e utilizadas (Gibert & Daffer, 2011).

Existem, então, diferenças individuais pronunciadas na reactividade a estímulos hostis que são igualmente importantes para a compreensão de tais resultados. Na verdade, na previsão de tendências para a raiva e agressão, parece fundamental considerar, simultaneamente, tanto a diferença individual como factores situacionais (Robinson & Wilkowski, 2010).

2.3. Agressividade, Género e Idade

O sexo e a idade são variáveis que aparecem muitas vezes associadas à agressividade. Relativamente ao sexo, alguns autores questionaram sobre as diferenças sexuais na agressividade (Maccoby & Jacklin, 1974; Hyde, 1984; Eagly & Steffen, 1986; Buss & Perry, 1992; Simões, 1993). Maccoby & Jacklin (1974) constataram que, na grande maioria dos estudos, os dados revelavam a tendência para os rapazes mostrarem maior agressividade, tanto física como verbal. Os homens são então normalmente vistos como sendo mais agressivos do que as mulheres (Archer, 2004; Condon, Ferrando, Morales-Vives

& Vigil-Colet, 2006). E a agressão física mostra maior diferença sexual do que a agressão verbal, e os homens estão claramente representados na mais perigosa forma da agressão (Archer, 2004).

Buss & Perry (1993) constituíram um questionário de agressividade, que aplicaram a centenas de alunos universitários. Encontraram uma magnitude de efeito, para o conjunto do questionário, da ordem de .57 e valores bastante díspares, para as diversas dimensões da agressividade, sendo a componente física aquela em que as diferenças, no sentido de agressividade mais elevada por parte dos rapazes, eram mais pronunciadas.

No mesmo sentido, Simões (1993) aplicou o Questionário de Agressividade (AQ) a 226 alunos universitários (186 do sexo feminino e 39 do sexo masculino) com o objectivo, não só de uma primeira validação desse questionário, mas também de verificar se as tendências detectadas na literatura sobre as diferenças sexuais na agressividade se manifestavam. Os resultados da investigação apontaram para um efeito modesto das diferenças sexuais sobre os escores totais, no sentido de os rapazes se revelarem mais agressivos que as raparigas, e um efeito, no mesmo sentido e mais acentuado, na agressividade física que na agressividade verbal.

Nos Estados Unidos, os dados mostram que a taxa de transgressões violentas cometidas por homens é de um transgressor para cada nove homens a partir dos 10 anos de idade, enquanto a taxa para a mulher é de uma em 56 (Campbell, 2006). Muitas abordagens têm tentado explicar essa diferença do ponto de vista biológico, social ou evolutivo (Condon, Ferrando, Morales-Vives & Vigil-Colet, 2006). No entanto, nos últimos anos, pesquisadores têm apontado que as diferenças sexuais na agressividade podem ser atribuíveis a diferentes formas de expressar agressão. Deste ponto de vista, os homens tendem a usar a agressão directa enquanto as mulheres costumam usar agressão indirecta, entendida como uma forma de agressão em que o autor prejudica a pessoa-alvo, prejudicando as suas relações ou *status* nos grupos de pares em vez de fazer quaisquer ataques abertos (Condon, Ferrando, Morales-Vives & Vigil-Colet, 2006).

Segundo Kring (2000), poucas diferenças sexuais têm sido encontradas na frequência ou intensidade da raiva, e estas diferenças tendem a favorecer as mulheres. Embora homens e mulheres não difiram na frequência e intensidade da raiva, talvez difiram na prontidão para expressá-la. Com efeito, Campbell (2006) afirma que não há diferenças sexuais na raiva mas podem evidenciar-se no medo, especialmente do perigo físico. As três formas de inibição

comportamental - reactiva, opressiva e autocontrolo - que constroem a infra-estrutura do medo, mostram associações negativas nas diferenças sexuais na agressividade.

Hyde (1984) analisou uma amostra vasta de estudos, contestando a conclusão de Maccoby e Jacklin (1974) e constatando semelhança, para homens e mulheres, relativamente a este tema. Eagly & Steffen (1986) vão ao encontro desta hipótese, pois as diferenças encontradas, na maioria dos casos, no sentido de uma maior agressividade por parte dos homens, não eram significativas, chegando mesmo a inverter-se a tendência antes observada, embora raras vezes. Ainda, esses autores explicam algumas variáveis moderadoras dos efeitos: comparadas com os homens, as mulheres tendem a crer que as consequências da agressividade são mais prejudiciais aos outros, sentindo por conseguinte, mais culpabilidade e ansiedade; por sua vez, estas últimas estão relacionadas com as diferenças na agressividade, no sentido de que tais diferenças são maiores, na medida em que as mulheres sentem mais culpabilidade e ansiedade pelo comportamento agressivo.

Tendo em conta os dados teóricos, pode-se afirmar então que as diferenças sexuais na agressividade não estão ainda, suficientemente, esclarecidas. Além disso, alguns estudos, mencionados acima, revelaram dimensões da agressividade em que as diferenças simplesmente não existiam.

Relativamente à idade, alguns autores (Najman, *et al.*, 2009; Haan, Prinzie & Dekovic, 2010) apontam para aumentos da agressão e problemas de comportamentos durante a adolescência, e outros (e.g. Tremblay & Nagin, 2005) apontam para uma diminuição da agressão com a idade. De acordo com Haan, Prinzie & Dekovic (2010), a agressão e delinquência são comportamentos desajustados mais comuns e persistentes na adolescência. Kenny & Press (2006) identificaram duas vias principais para o comportamento violento: uma começa na infância e continua ao longo da adolescência, a outra inicia e termina durante a adolescência.

2.4. Conceito de delinquência

“A delinquência é um assunto de direito mas também de sociedade e de homens” (Born, 2005, p.18). Desde sempre que se procurou compreender as causas que levam as pessoas a delinquir e, a partir delas, esboçar procedimentos com vista a prevenir novas ocorrências ou a erradicá-las de forma mais ou menos sistemática (Gonçalves, 2000).

O termo ‘desviante’ ou ‘comportamento desviante’ é relativamente recente no léxico da Psicologia e a sua origem parece claramente situar-se no terreno da Sociologia dos anos

sessenta, em que irromperam vários textos marcantes (Matza, 1969). Talvez por causa de uma tradição mais clínica, a Psicologia preferiu termos mais nosográficos, como o conceito de ‘delinquência’, que surge geralmente associado às camadas mais jovens da população e nomeadamente ao período da adolescência (Leigh, Pare & Marks, 1981), ainda que pela sua conotação demasiadamente ligada à noção de criminalidade e aos comportamentos anti-sociais, autores mais recentes tenham começado a introduzir os termos ‘desvio social’ ou ‘desvio juvenil’ (Gonçalves, 1989).

Os comportamentos marginais surgem antes dos desviantes. Porém, em muitos casos, ser marginal não é mais do que tentar ser original, através da adopção de certas atitudes, comportamentos e modos de estar, que permitem ao indivíduo demarcar-se de forma clara do grupo a que pertence e ensaiar a sua adesão a outro. Tais fenómenos ocorrem sobretudo na idade da adolescência e apenas podem querer significar a crise de crescimento e reestruturação da personalidade, não tendo pois nada a ver com a adopção de condutas anti-sociais ou então assumem-se como integrados em movimentos de contracultura em que a prática de actos ilegais é geralmente episódica (Gonçalves, 2000).

Mas quando esses fenómenos de marginalização assumem um carácter sistematizado e organizado, entra-se num domínio em que podem tornar-se objecto de reparo e crítica por parte da sociedade. Esta crítica dá-se, por exemplo, relativamente ao abuso de bebidas alcoólicas, aos consumos de drogas leves e a outros comportamentos de risco como conduzir embriagado ou envolver-se em desordens e agressões. Nesses casos, em que está em causa a transgressão das leis sociais, muitas vezes a polícia e mesmo os cidadãos são obrigados a intervir por se sentirem incomodados por tais actos (Gonçalves, 2000).

Ainda de acordo com o mesmo autor, um comportamento desviante não é necessariamente um comportamento patológico, e só passa a sê-lo quando as instituições, através dos seus actos/técnicos - juízes, médicos, psicólogos, etc. - após efectuarem um diagnóstico, começam a constituir um processo, que passa a identificar esse comportamento como tal (Gonçalves, 2000).

Born (2005) propõe uma perspectiva desenvolvimental, considerando que o acto de delinquência surge num determinado momento da vida, sendo necessário compreendê-lo na sua génese. Para compreender o acto delinquente, é necessário encarar dois pontos de vista: o da macrogénese e o da microgénese. A macrogénese considera o conjunto da vida do indivíduo antes da passagem ao acto e a microgénese interessa-se pela sucessão das fases antes e em torno do acto de delinquência. Ainda baseado nesta mesma teoria, este autor

ênfatiza a importância da génese da socialização na compreensão dos actos delinquentes. Quando se estuda a trajectória de vida dos delinquentes, apercebemo-nos frequentemente de que diversos insucessos surgem no processo de socialização. Muitos delinquentes têm assim dificuldade em levar em consideração a presença e as necessidades dos outros nas suas acções.

A perspectiva desenvolvimental tenta compreender então os mecanismos de socialização-associalização. A associalização provoca processos de marginalização e de exclusão, que por sua vez fazem aumentar a associalidade. É por isso que um acto delinvente pode por exemplo explicar-se por um fenómeno de exclusão, a qual produzirá depois a delinquência (Born, 2005).

Porém, segundo Gonçalves (2000), uma boa parte dos comportamentos desviantes ou marginais são apenas frutos de uma certa imaturidade ou ditados por modas e crises de originalidade, não configurando pois afrontas à lei ou às práticas socialmente aceites (Gonçalves, 2000).

2.5. Delinquência em bairros sociais

Alguns estudos (Lander, 1954; Shaw & McKay, 1969) tentaram examinar as relações existentes entre a urbanização e a delinquência, pondo assim em evidência a importância do espaço como factor explicativo de comportamentos sociais. Surgiram então algumas conclusões relativamente ao *habitat*-tipo dos delinquentes: as habitações, situadas nas proximidades das fábricas e dos centros comerciais, são velhas e oferecem poucas comodidades. Os apartamentos são muitas vezes subdivididos e subalugados. Os proprietários já não investem na modernização do bairro. Observa-se uma tendência para o superpovoamento e para a promiscuidade. A população tende a homogeneizar-se descendo na escala socioeconómica. Cria-se nos adultos uma subcultura de estagnação e de adaptação marginal. As crianças vivem num mundo que lhes oferece numerosos modelos de identificação delinquentes (Shaw & McKay, 1969).

No entanto, os autores enfatizam que estes resultados e conclusões não significam que a pobreza, a má habitação, a desarticulação das relações familiares e pessoais, etc., causem directamente a delinquência, uma vez que se trata de estudos correlacionais. Além disso, estes estudos correm o risco de mostrar a delinquência como um problema que se situa essencialmente ao nível macrossociológico. A análise do indivíduo e do modo como esse

indivíduo vive o meio em que está inserido será capital para a compreensão do fenómeno da delinquência (Shaw & McKay, 1969).

Nesta linha de pensamento, Schaber (1970, p. 62), levanta a questão: “se 20% dos jovens que vivem nos guetos são delinquentes, sobram 75% de não delinquentes. Porquê?” Responde que, para analisar esta questão, seremos levados a encontrar problemas diferenciais de psicologia e de psicopatologia da personalidade. Desses factores diferenciais, o mais importante é provavelmente a família. Há portanto uma diferenciação a fazer ao nível das famílias.

Born (1983) investigou cinco dimensões - classe social e bem-estar, dinamismo e estrutura, homogeneidade, imigração e participação no mundo do trabalho - através dos questionários de delinquência auto-revelada. As correlações observadas entre estas características sociológicas dos bairros e a delinquência auto-revelada não são significativas. As variáveis sociológicas e a delinquência não estão, portanto, ligadas. Baseando-se nesses resultados, Born (2005) alerta que se nos tribunais encontrarmos muitos delinquentes provenientes dos mesmos bairros, não se deve necessariamente deduzir que existe uma relação de causalidade directa entre bairros e delinquência. Outros factores poderão entrar em jogo, nomeadamente o facto de alguns destes bairros serem mais vigiados pela polícia e aqueles que aí vivem serem menos apoiados socialmente. Esses indivíduos têm mais hipóteses de se encontrar perante um tribunal do que alguém saído de um outro meio que tenha cometido um acto da mesma gravidade. O autor aponta, ainda, que o facto de se considerar a delinquência como associada a condições de vida precárias do indivíduo pode encobrir o facto de muitas condutas delinquentes poderem muito bem surgir nos meios que gozam de uma certa segurança material e mesmo nos meios mais favorecidos.

Pode-se então concluir que associar bairros sociais à delinquência é uma associação falaciosa, pois esta última não está restrita a esses bairros. Ela extravasa as condições económicas e de sociabilidade. Essa visão que suporta a associação que se faz entre bairros sociais e delinquência é, por vezes, alimentada pela comunicação social, e não só, que denominam esses bairros como sendo «perigosos», «problemáticos», etc. Por conseguinte, cria-se um certo estigma relativamente a esses bairros.

3. Personalidade e Agressividade

Tyrodé & Bourcet (2002) colocam a questão sobre a existência de uma personalidade agressiva ou delinvente. Para estes autores, a questão de uma ‘personalidade delinvente’

específica permanece controversa. Esta interrogação vem a par da questão da existência de uma patologia subjacente a esta personalidade. Existirá uma patologia psíquica propícia ao engendrar de crimes e delitos? Com base nesses autores, a história da delinquência e da ‘personalidade delinquente’ está profundamente intrincada com a história da criminologia.

Segundo Mosfitt, Caspi, Rutter & Silva (2001), há uma correlação alta da impulsividade cognitiva com a delinquência. A autora propõe que a impulsividade forma a peça chave da etiologia do comportamento delinquente. O envolvimento persistente no comportamento anti-social ou violento provém da impulsividade, a qual resulta da confluência de problemas neuropsicológicos precoces, comportamento da criança com dificuldade e pobre cuidado parental (Mosfitt, Caspi, Rutter & Silva, 2001).

Jean Pinatel (1987) define traços comuns de personalidade, de valor quase universal, que se encontram frequentemente nos indivíduos delinquentes: egocentrismo, labilidade, agressividade e indiferença afectiva. Existiriam outros traços sem este carácter de universalidade: os traços de temperamento, as aptidões físicas, intelectuais, socioprofissionais e as necessidades nutritivas e sexuais. Este autor considera que os traços universais constituem o núcleo central da personalidade criminal que governa a passagem ao acto, enquanto os traços não universais influenciam as modalidades do acto em relação à direcção, êxito e motivações. A passagem ao acto resultaria da agressividade tornada possível pela ausência de resistência a estes traços de personalidade, sob a influência do egocentrismo, que atenua a desonra social, da labilidade, que atenua as penas incorridas e da indiferença afectiva, que atenua os sentimentos de crítica do carácter odioso da execução do acto.

Cousson (1998), baseou-se nas obras de Pinatel, para afirmar que, por meio de diferentes vias, se chega geralmente a uma descrição do delinquente como “um ser impulsivo, temerário, bloqueado no curto prazo, instável, egocêntrico e insensível” (p.212). Com efeito, este autor vê o delinquente como alguém que comete actos desviantes, porque é regido pela busca do prazer, da satisfação imediata, por não ter autocontrolo. Assim, a fraqueza do controlo interno traduz-se na propensão para roubar para conseguir rapidamente o que deseja, para agredir a fim de o conseguir ou para libertar tensões, para consumir imediatamente o produto dos seus crimes, para ser insensível ao sofrimento dos outros e ao risco de sofrer sanções (Cousson, 1998).

Skodol (1998) afirma que o acto violento por si só não implica necessariamente uma personalidade agressiva, pois será importante distinguir a ocorrência de um acto violento e a tendência para repetir tais actos. A agressividade como traço de personalidade implica uma

consistência no tempo e no espaço. A personalidade, enquanto variável, relaciona-se com a forma de agressividade denominada de reactiva ou proactiva. Assim, pode-se distinguir a agressividade reactiva como um traço de personalidade que é definido pelos comportamentos de resposta a uma provocação e uma reacção de raiva forte a incidentes que importunam o indivíduo. Enquanto a personalidade com um traço de agressividade proactiva é revelada por actos de uso de força e dominação sobre outros tornando-se em comportamentos opressores (Skodol, 1998).

Na obra *Delinquência e Delinquentes*, Le Blanc e Fréchette (1987), a partir de relevantes estudos longitudinais, identificam uma ‘personalidade delinquente’ que se caracteriza por três sintomas primordiais: o enraizamento criminal, a dissocialidade e o egocentrismo. Segundo esses autores, a estrutura da ‘personalidade delinquente’ adquire-se de maneira progressiva, da infância à idade adulta. No decorrer dos anos, as condutas delinquentes desenvolvem-se, tanto no aspecto quantitativo como qualitativo. As actividades delinquentes dos indivíduos jovens diferem em frequência, na natureza e gravidade, segundo a idade de aparecimento no indivíduo. A primeira parte da adolescência seria marcada por condutas delinquentes caracterizadas pelo seu carácter hedonista; em seguida, após este período, a passagem ao acto delituoso tomaria um carácter impulsivo e irracional.

Paralelamente aos trabalhos relacionados com a influência da morfologia na delinquência, alguns clínicos interessaram-se pelos factores genéticos e/ou biológicos que pudessem estar implicados na ‘personalidade delinquente’. Outros trabalhos recentes objectivaram anomalias hormonais e/ou neurológicas em certos delinquentes: aumento da testosterona, anomalia no funcionamento do sistema límbico, afecção cerebral. Mas a maior parte dos autores está de acordo em dizer que nenhum trabalho científico permite actualmente afirmar que os factores genéticos e biológicos têm um lugar verdadeiramente marcante na predisposição de um indivíduo para a delinquência (Tyrode & Bourcet, 2002). E ainda é de referir que, baseado nas investigações produzidas, é possível afirmar que, no que toca à criminalidade adulta, haverá uma influência genética se tivermos em conta que ela é produto, em grande parte, de características que dificultam a socialização da criança, nomeadamente, a impulsividade, a agressividade, a busca de sensações, uma musculatura mais desenvolvida e um baixo QI (Gonçalves, 2000).

Ainda relativamente à relação entre personalidade e agressividade, é de referir que vários estudos investigaram as relações entre o Big Five e comportamentos exteriorizados (John, Caspi, Robins, Moffitt e Stouthamer-Loeber, 1994; Prinzie et al, 2003; Manders,

Scholte, Janssens & De Bruyn, 2006). Comportamentos exteriorizados (distingue-se dois tipos: agressão e delinquência segundo Dishion & Patterson, 2006) constituem as mais comuns e persistentes formas de desajustamento na infância e adolescência, e estão relacionados com problemas de adaptação na fase adulta (Haan, Prinzie & Dekovic, 2010). Concluiu-se, então, que baixa extroversão, alta agradabilidade e conscienciosidade, e alta estabilidade emocional têm sido relatados como sendo concorrentemente relacionados com menos comportamentos exteriorizados (Haan, Prinzie & Dekovic, 2010).

Baseado nesses pressupostos teóricos, pode-se afirmar que houve algumas tentativas de explicar a agressividade com base em algumas características da personalidade, tal como a impulsividade, a extroversão, o egocentrismo, a indiferença afectiva, a busca de prazer ou sensações, etc. Contudo, alguns autores vão mais além acrescentando factores de carácter ambiental para explicar o fenómeno da agressividade. Logo, descarta-se esta ligação linear ou causal entre algumas características da personalidade e a agressividade.

Capítulo II - Metodologia

1. Participantes

Participaram nesta investigação 150 adolescentes e jovens adultos, residentes em alguns bairros sociais de Lisboa, sendo 56,7 % do sexo masculino e 43,3 % do sexo feminino (cf. Apêndice II). As idades dos participantes estão compreendidas entre os 15 e os 29 anos, sendo a média das idades de 21,38 e desvio padrão de 4,29 anos (Apêndice II).

Relativamente à variável religião, 84,7 % dos participantes pertencem à religião católica e 14,7 % à religião protestante e outras religiões (cf. Apêndice II).

Os participantes são na maioria solteiros (92,7 %), sendo apenas 7,7 % casados ou em união de facto (cf. Apêndice II).

Quanto aos anos de escolaridade completos, a média é de 9,48 anos com um desvio-padrão de 2,29 anos (Apêndice II).

Em termos de etnia, 39,3 % dos participantes são caucasianos e 60,7 % pertencem à etnia negra (Apêndice II).

Relativamente à nacionalidade, 64,7 % dos participantes são portugueses, 24,0 % cabo-verdianos, 4,7% angolanos e 6,7% são de outras nacionalidades (Apêndice II).

Quanto aos bairros de residência dos participantes, 30% pertencem ao bairro Cova da Moura, 26,7% ao bairro da Portela, 16,7% ao bairro de Outurela e 26,7 % ao bairro da Horta Nova (Apêndice II).

2. Medidas

Personalidade. A personalidade foi avaliada com o *Big Five Inventory* (BFI; Benet-Martínez & John, 1998) a partir de cinco grandes dimensões de personalidade: a extroversão, a agradabilidade/ amabilidade, a conscienciosidade, o neuroticismo e a abertura à experiência. É uma escala do tipo Likert, constituída por 44 itens, em que os participantes devem responder indicando o grau de concordância e discordância em relação aos itens (1- «discordo fortemente», 2- «discordo um pouco», 3- «nem discordo nem concordo», 4- «concordo um pouco» e 5- «concordo fortemente»).

A amplitude e sentido dos resultados no BFI dividem-se pelas suas cinco dimensões: No caso da Extroversão, constituído por 8 itens (1, 6, 11, 16, 21, 26, 31, 36), o valor mínimo é

de 8, que significa ausência de comportamentos de extroversão, o valor máximo é de 40, que significa uma acentuada presença de extroversão. Na segunda dimensão, Agradabilidade/Amabilidade, constituído por 9 itens (2, 7, 12, 17, 22, 27, 32, 37 e 42), o valor mínimo é de 9, que significa ausência de agradabilidade, o valor máximo é de 45, que significa uma acentuada presença de agradabilidade. Na terceira dimensão, Conscienciosidade, constituído por 9 itens (3, 8, 13, 18, 23, 28, 33, 38 e 43), o valor mínimo é de 9, que significa ausência de comportamentos de conscienciosidade, o valor máximo é de 45, que significa uma acentuada presença de conscienciosidade. Na quarta dimensão, Neuroticismo, constituído por 8 itens (4, 9, 14, 19, 24, 29, 34, 39), o valor mínimo é de 8, que significa ausência de neuroticismo, o valor máximo é de 40, que significa uma acentuada presença de neuroticismo. A última dimensão, Abertura à experiência, constituído por 10 itens (5, 10, 15, 20, 25, 30, 35, 40, 41 e 44), o valor mínimo é de 10, que significa ausência de abertura para a experiência, o valor máximo é de 50, que significa uma acentuada presença de abertura para a experiência.

Benet-Martínez & John (1998) realizaram três estudos, que apresentam algumas qualidades psicométricas. No primeiro estudo, compararam a versão espanhola e a versão inglesa do BFI, usando duas grandes amostras de estudantes universitários, uma na Espanha e outra nos Estados Unidos. Relativamente à média das escalas, obteve-se o valor *alfa* de .83 (Estados Unidos) e .78 (Espanha), e o valor de correlação das escalas do BFI foi de .81. O segundo estudo teve como objectivo examinar a validade da versão final espanhola do BFI no ensino superior não especializado numa amostra hispânica *bilingue* e testaram a convergência e a validade discriminante entre ambas as línguas. Os resultados dos valores *alfa* das escalas foram de .85 (Ing.), .78 (Esp.) relativamente ao BFI e .82 (Ing.), .76 (Esp.) em relação ao Neo Five Factor Inventory (NEO-FFI). Para a correlação convergente obtiveram os valores de .84 (BFI), .88 (NEO-FFI) para Inglês-Espanhol e .77 (Ing.), .71 (Esp.) para BFI/NEO-FFI. O terceiro estudo foi uma réplica parcial do estudo dois numa amostra de classe trabalhadora hispânica e focado no BFI. Examinou-se a convergência da linguagem transversal das escalas espanholas e inglesas do BFI. Em particular, a questão levantada pelos autores era se as escalas espanholas do BFI podem ser usadas na amostra dos adultos hispânicos com menos educação formal do que tipicamente é encontrado nas amostras universitárias. A principal conclusão que os referidos autores tiraram é que nestas condições as características psicométricas das escalas espanholas do BFI continuam a ser aceitáveis.

Assim, os valores de alfa obtidos nos três estudos para o total da escala foram: .83 (estudo um), .85 (estudo dois), .78 (estudo três) para a versão inglesa, e .78 (estudo um), .78 (estudo dois), .74 (estudo três) para a versão espanhola.

Com o objectivo de avaliar a fidelidade desta escala na nossa amostra, procedeu-se ao cálculo do *alfa* de *Cronbach* para cada dimensão do BFI. Retirámos alguns itens para aumentar os valores do coeficiente *alfa* : Para a Extroversão retirou-se o item 26; para a Agradabilidade, retirou-se os itens 2 e 27; para a Conscienciosidade, os itens 3, 8, 18, 38 e 43; para o Neuroticismo, os itens 4, 9, 24, 29 e 39; e para a Abertura à Experiência, os itens 35 e 41. Assim, os valores de *alfa* obtidos com a presente amostra foram: .59 para a Extroversão; .71 para a Agradabilidade; .66 para a Conscienciosidade ; .59 para o Neuroticismo; e .75 para a Abertura à experiência; e para a escala total o *alfa* foi de .77 (cf. Apêndice V), valores estes semelhantes aos obtidos por Benet-Martínez & John (1998).

Agressividade. A Agressividade foi avaliada com o Questionário de Agressividade (The Agression Questionnaire, ou AQ). O AQ tem como base o Buss-Durkee Hostility Inventory (BDHI), desenvolvido por Buss & Durkee (1957), que reúne sete escalas, numa abordagem multidimensional de agressividade: ataque, agressão directa, irritabilidade, negativismo, ressentimento, desconfiança e agressão verbal, que permite saber o nível da agressividade da pessoa e estimar como esta se manifesta.

Buss & Perry (1992) elaboraram o Questionário de Agressividade a partir de um conjunto inicial de 52 itens, passados a um total de 1 253 rapazes e raparigas, que neles deviam avaliar-se, através duma escala de 1 (extremamente incaracterístico de mim próprio) a 5 (*extremamente característico de mim próprio*). Chegou-se à identificação de quatro factores e à redução dos itens da escala para 29: O primeiro factor é a Agressividade Física, constituído por 9 itens (2, 5, 8, 11, 13, 16, 22, 25, 29); o segundo é a Agressividade Verbal, com 5 itens (4, 6, 14, 21, 27); o terceiro factor – Irritabilidade ou Raiva, é constituído por 7 itens (1, 9, 12, 18, 19, 23, 28); e o quarto factor, a Hostilidade é constituído por 8 itens (3, 7, 10, 15, 17, 20, 24, 26).

Em relação às qualidades psicométricas, no que toca à fidelidade, todas as escalas revelaram boa consistência interna. Encontraram-se os seguintes *alfas* de *Cronbach*: .85, para a Agressividade Física; .72, para a Agressividade Verbal; .83, para a Irritabilidade/Raiva; .77, para a Hostilidade, e .89 para os escores totais. A fidelidade teste-reteste apresentou também índices satisfatórios, que variam entre .72 e .80. A validade discriminante do instrumento

decorre das correlações das dimensões com vários instrumentos e do facto de rapazes e raparigas evidenciarem diferenças significativas, nas referidas dimensões e no total da escala. Para além disso, as correlações entre as auto-avaliações e as avaliações dos sujeitos, por parte dos colegas, oferecem também argumentos em favor da validade de constructo (Buss & Perry, 1992).

Em Portugal, o AQ foi adaptado à população portuguesa por Simões (1993). O questionário manteve os 29 itens da versão original, cujo somatório oferece o resultado global da agressividade e divide-se em 4 sub-escalas que avaliam a Agressividade Física (9 itens), a Agressividade Verbal (4 itens), a Irritabilidade ou Raiva (8 itens) e a Hostilidade (8 itens). O autor traduziu os 29 itens originais da versão de Buss & Perry (1992) e passou o questionário a 228 alunos de diversas faculdades da Universidade de Coimbra. Nas instruções de aplicação do questionário foi pedido aos sujeitos que avaliassem, numa escala de Likert que variou entre 1 (nada) a 5 (muito), até que ponto cada um dos 29 itens se aplica a eles próprios.

Os coeficientes de fidelidade foram satisfatórios e muito próximos dos resultados de Buss & Perry (1992). Assim, para os Escores Totais, o *alfa* de *Cronbach* foi de .87; para a Agressividade Física foi de .80; para a Agressividade Verbal, de .60; para a Raiva ou Irritabilidade, de .81; e para a Hostilidade, de .73 (Simões, 1993).

Para avaliar a fidelidade desta escala na nossa amostra, procedeu-se ao cálculo do *alfa* de *Cronbach* para as dimensões do AQ. Retirámos alguns itens das quatro dimensões, com o objectivo de aumentar os valores do coeficiente *alfa*. Então, para a Agressividade Física, retirou-se o item 16; para a Agressividade Verbal, os itens 21 e 27; para a Raiva, retirou-se o item 1; e para a Hostilidade, retirou-se os itens 3, 7, 15 e 17. Os valores de *alfa* obtidos foram: .81, para a Agressividade Física; .46, para a Agressividade Verbal; .63, para a Raiva; .61, para a Hostilidade; e .81, para o Escore Total (cf. Apêndice V).

Com excepção da dimensão Agressividade Física e do Escore Total, verificou-se que os valores do coeficiente *alfa* das outras dimensões revelaram-se baixos em relação aos valores de Buss & Perry (1992) e de Simões (1993).

3. Procedimentos

A informação foi recolhida através de um protocolo de investigação constituído por um consentimento informado no início e seguido de três questionários.

O consentimento informado teve como objectivo solicitar a participação dos jovens nesta investigação e também informar aos mesmos sobre as questões relativas ao anonimato e confidencialidade.

Os três questionários utilizados no protocolo são: Questionário de dados sociodemográficos, com vista a recolha de informação a propósito de algumas variáveis sociodemográficas, tais como: sexo, idade, anos de escolaridade completos, estado civil, religião, etnia, naturalidade e bairro a que o participante pertence. Estas informações permitiram caracterizar melhor os participantes desta investigação a nível sociodemográfico; *Big Five Inventory* ou BFI (Benet-Martínez & John, 1998), para avaliar os traços de personalidade, constituído por 44 itens originais, começando por: «vejo-me como alguém que:», os participantes iriam avaliar cada um desses itens de 1 a 5, conforme o nível de concordância: 1-Discordo fortemente; 2- Discordo um pouco; 3- Nem concordo nem discordo; 4- Concordo muito; 5- Concordo fortemente. As cotações variaram de 1 a 5, invertendo-se, no entanto, as de 16 itens (2, 6, 8, 9, 12, 18, 21, 23, 24, 27, 31, 34, 35, 37, 41, 43); Questionário de Agressividade ou AQ (Buss & Perry, 1992), para avaliar a agressividade, constituído por 29 itens originais, em que os participantes iriam avaliar até que ponto cada um desses itens se aplica a eles próprios: ‘nada’, ‘quase nada’, ‘por vezes’, ‘bastante’, ‘muito’. As cotações variaram de 1 ‘nada’ a 5 ‘muito’, invertendo-se as dos itens 9, «Sou uma pessoa calma» e 16 «Não consigo encontrar razões para se bater em alguém».

Mediante esse protocolo, foi solicitada a participação de 150 adolescentes e jovens adultos na presente investigação. Porém, a recolha da informação, entrega e preenchimento dos protocolos, foi feita em vários momentos e em vários pontos de alguns bairros sociais - Cova da Moura, São Marçal, Outurela e Horta Nova - como: cafés, restaurantes, cabeleireiros, ‘espaço clube de futebol’ e centros de juventude e informática.

A análise estatística foi feita através do programa SPSS (versão 20).

Para a elaboração deste trabalho, recorreu-se às normas de elaboração e apresentação de teses e dissertações na ULHT e às normas de *American Psychological Association* (APA) para as citações e referência bibliográfica.

Capítulo III - Resultados

Começamos por apresentar, na Tabela 1, as estatísticas descritivas referentes às dimensões do BFI (*Big Five Inventor*) e na Tabela 2 as referentes ao AQ (*Aggression Questionnaire*) e à Agressividade Total (soma de todas as dimensões do AQ).

Tabela 1 – Estatísticas Descritivas: BFI

	N	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão
Extroversão	150	1,71	5,00	3,39	,614
Agradabilidade	150	2,00	5,00	3,89	,696
Conscienciosidade	150	2,25	5,00	3,86	,786
Neuroticismo	150	1,67	5,00	3,30	,692
Abertura à experiência	150	2,00	4,88	3,76	,640

Ao analisar a Tabela 1, pode-se concluir que os adolescentes e jovens adultos dos referidos bairros sociais obtêm os valores mais altos em Agradabilidade, com um valor médio de 3,89 e um desvio padrão de ,696. O Neuroticismo apresenta os valores mais baixos com a média de 3,30 e desvio padrão ,692.

Tabela 2 – Estatísticas Descritivas: AQ

	N	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão
Agressividade Física	150	1,00	4,75	2,60	,791
Agressividade Verbal	150	1,67	5,00	3,44	,801
Raiva	150	1,17	4,33	2,75	,671
Hostilidade	150	1,00	4,75	2,99	,826
Agressividade Total	150	1,84	4,18	2,95	,520

Relativamente às dimensões do AQ, constata-se que os participantes obtêm valores mais altos na Agressividade Verbal, com uma média de 3,44 e um desvio padrão de ,801. A Agressividade Física apresenta os valores mais baixos, sendo a média 2,60 para ,701 desvio padrão.

Com a finalidade de verificar se existe uma relação entre os traços da personalidade e a agressividade, calcularam-se os coeficientes de correlação de Pearson entre as dimensões do BFI e as do AQ. Os resultados mostram (cf. Apêndice IV) uma correlação significativa, no sentido negativo, entre a Agradabilidade e a Agressividade Física ($r = -.447, p = .000$), o que indica que quanto maior a agradabilidade menor será o nível de Agressividade Física. Também se observou uma correlação significativa, mas no sentido positivo, entre o Neuroticismo e a Agressividade Física ($r = .255, p = .002$), o que significa que quanto maior o nível de Neuroticismo, maior será a Agressividade Física.

Ainda com o intuito de verificar se existe uma relação entre os traços da personalidade e a agressividade em geral, calcularam-se os coeficientes de correlação de Pearson entre as dimensões do BFI e o somatório das dimensões do AQ, ao qual se chamou Agressividade Total. Os resultados obtidos (cf. Apêndice IV) mostram que apenas uma dimensão da personalidade, nomeadamente a Agradabilidade, apresenta uma correlação significativa e negativa ($r = -.274, p = .001$) com a Agressividade Total, o que significa que quanto maior a Agradabilidade menor será a agressividade. Pode-se concluir que, de um modo geral, as correlações entre as dimensões da personalidade e a Agressividade Total (somatório das dimensões do AQ) não são significativas.

Como objectivo de comparar as médias das dimensões da personalidade e das dimensões da agressividade em função do género, usámos o teste *t* de Student para grupos independentes (cf. Apêndice IV).

No que se refere às dimensões da personalidade, só se verificaram diferenças estatisticamente significativas em Agradabilidade ($t_{(143,998)} = -2.246, p = .026$). As mulheres apresentam maior Agradabilidade ($M = 4,02; DP = ,511$, relativamente aos homens ($M = 3,78; DP = ,797$)).

Quanto às dimensões da agressividade, apenas se observaram diferenças estatisticamente significativas em Agressividade Física ($t_{(148)} = 3.339, p = .001$): as mulheres apresentam valores inferiores ($M = 2,35; DP = ,730$) quando comparadas com os homens ($M = 2,78; DP = ,791$)).

No sentido de verificar se existe relação entre os traços de personalidade e as dimensões da agressividade com a idade, calcularam-se os coeficientes de correlação de

Pearson entre as dimensões do BFI, as dimensões do AQ e a Agressividade Total com a variável idade (cf. Tabela 15, Apêndice IV).

Relativamente às dimensões da personalidade, pode-se observar que existe uma correlação positiva e significativa entre as variáveis Conscienciosidade ($r = .263, p = .001$) e Abertura à experiência ($r = .242, p = .003$) com a variável idade, o que quer dizer que quanto maior a idade maior será a Conscienciosidade e a Abertura à experiência.

Quanto às dimensões da agressividade, pode-se constatar que estas não apresentaram correlações significativas com a variável idade.

Pretendemos ainda verificar se as dimensões da personalidade e as dimensões da agressividade estão relacionadas com a escolaridade. Nesse sentido, calcularam-se os coeficientes de correlação de Pearson (cf. Apêndice IV).

Assim, os resultados obtidos para esta correlação mostram, relativamente às dimensões da personalidade, que apenas a Abertura à experiência se correlaciona de forma significativa com a escolaridade ($r = .210, p = .010$). O que significa que a uma maior Abertura à experiência está associada uma maior taxa de escolaridade.

Em relação às dimensões da agressividade, pode-se constatar que existe uma correlação significativa e negativa entre as variáveis Agressividade Física ($r = -.325, p = .000$) e a Hostilidade ($r = -.226, p = .005$) com a escolaridade. O que quer dizer que quanto maior a escolaridade menor a Agressividade Física e a Hostilidade. De igual forma, pode-se observar uma correlação significativa entre a Agressividade Total e a escolaridade ($r = -.267, p = .001$), indicando assim que a uma maior taxa de escolaridade está associada um menor nível de agressividade.

Capítulo IV - Discussão

Tendo em conta a revisão bibliográfica sobre os temas estudados, esperava-se que:

- 1) Os traços de personalidade dos adolescentes e jovens adultos se correlacionassem de forma significativa com a agressividade;
- 2) Houvesse diferenças significativas entre os rapazes e as raparigas em alguns traços da personalidade e dimensões da agressividade;
- 3) Jovens de diferentes idades apresentassem diferenças nas dimensões da personalidade e nos valores de agressividade;
- 4) Jovens com diferentes níveis de escolaridade apresentassem diferenças nas dimensões de personalidade e nos valores de agressividade.

De acordo com os resultados apresentados no capítulo três observamos que, relativamente à primeira hipótese, existem apenas duas correlações significativas: uma correlação negativa entre a Agradabilidade e a Agressividade Física, e uma correlação positiva entre o Neuroticismo e a Agressividade Física.

A correlação negativa entre a Agradabilidade e a Agressividade Física vai ao encontro do que é proposto no estudo de Haan, Prinzie & Dekovic (2010), que nos diz que altos níveis de agradabilidade têm sido relatados como sendo relacionados com menos comportamentos agressivos e delinquentes. De igual forma, outros estudos indicaram que baixos traços de agradabilidade estão associados a altos níveis de agressividade (Caprara, Barbaranelli & Zimbardo, 1996; Sharpe & Desai, 2001; Miller, Parrott & Giancola, 2009). Ainda, de acordo com Graziano & Eisenberg (1997), a agradabilidade implica que o indivíduo esteja completamente motivado para manter boas relações com as outras pessoas. Com efeito, pessoas agradáveis têm habitualmente relações afectuosas e harmoniosas com os demais (McCrae & Costa, 1991).

A correlação observada entre neuroticismo e agressividade física é também relatada no estudo de Burton, Hafetz & Henninger (2007) que associa esta dimensão da personalidade, neuroticismo, a comportamentos agressivos. Segundo Costa & McCrae (1990), os indivíduos com altos níveis de neuroticismo são descritos como ansiosos, vulneráveis e impulsivos. Born (2005), defende que esta vulnerabilidade e fraqueza do controlo interno podem traduzir-se na propensão para a agressão. E ainda, para alguns autores (Pinatel, 1987; Coussin, 1998; Mosfitt, Caspi, Rutter & Silva, 2001), a impulsividade está na origem da agressividade ou do comportamento delincente.

As restantes correlações entre as dimensões da personalidade e a agressividade não se revelaram significativas, contrariando, por exemplo, estudos que apresentam a extroversão associada a agressividade (Smits & De Boeck, 2007) ou a abertura à experiência à agressividade (Leonard, Quigley, & Collins, 2003).

Relativamente às diferenças de género, verificamos que existem diferenças entre jovens do sexo masculino e jovens do sexo feminino quanto à Agradabilidade e também quanto à Agressividade Física. Isto quer dizer que as raparigas apresentam maior Agradabilidade e menor Agressividade Física relativamente aos rapazes. Estes resultados vão ao encontro do estudo de Simões (1993) em que os resultados da investigação apontaram para um efeito modesto das diferenças sexuais sobre os resultados totais, no sentido de os rapazes se revelarem mais agressivos que as raparigas, e um efeito, no mesmo sentido e mais acentuado, na agressividade física que na agressividade verbal. Além disso, a investigação de Simões (1993) também revelou dimensões da agressividade, em que as diferenças simplesmente não existiam. Segundo Archer (2004), a agressão física mostra maior diferenças de sexo do que a agressão verbal e raiva. De igual forma, Kring (2000) afirma que poucas diferenças de sexos têm sido encontradas na frequência ou intensidade da raiva, e estas diferenças tendem a favorecer as mulheres. Embora homens e mulheres não difiram na frequência e intensidade da raiva, talvez difiram na prontidão para expressá-la.

Campbell (2006) sugere que o medo se relacione negativamente com a agressividade, ou seja, que indivíduos que expressem mais o medo apresentem menores níveis de agressividade. Nagy, *et al.* (2001) indicam que, em termos de desenvolvimento, as raparigas expressam o medo mais cedo do que os rapazes, e que enquanto adultas as mulheres experienciam o medo de uma forma mais intensamente, o que explicaria os menores níveis de agressividade para os indivíduos do sexo feminino.

Relativamente à terceira hipótese, em que se relaciona a variável idade com as dimensões da personalidade e com a agressividade, observamos, em primeiro lugar, uma correlação significativa entre a idade e as dimensões Conscienciosidade e Abertura à experiência. Estes resultados estão de acordo com o estudo de Soto, John, Gosling & Potter (2011) que indica que a conscienciosidade e a abertura à experiência aumentam com o aumento da idade. De acordo com estes autores, especificamente, espera-se que os níveis médios de Conscienciosidade e da agradabilidade, tenderiam a diminuir no final da infância e passagem para a adolescência, e aumentariam no final da adolescência e idade adulta (Soto, John, Gosling & Potter, 2011).

Sobre a relação entre a idade e a agressividade, a hipótese colocada não se verificou, uma vez que não se observaram correlações significativas entre a agressividade e a idade. Este resultado não está de acordo com alguns estudos que relatam um início ou aumento da agressividade durante a adolescência (Kenny & Press, 2006; Najman *et al.*, 2009; Haan, Prinzie & Dekovic, 2010).

Relativamente à variável escolaridade, os resultados apontaram apenas para a Abertura à experiência como sendo a única dimensão da personalidade que se correlaciona significativamente com a escolaridade. De um modo geral, não se verificaram correlações significativas entre a escolaridade e as dimensões da personalidade, rejeitando-se a hipótese sobre a influência da primeira variável sobre a segunda. Estes resultados não vão ao encontro dos resultados encontrados noutros estudos, que associam algumas dimensões da personalidade ao nível de aprendizagem (Zneider, 1994; Grazanio & Eisenberg, 1997). Segundo Zneider (1994), por exemplo, a extroversão/introversão está associada à progressão no nível de ensino. Paralelamente, Grazanio & Eisenberg (1997) demonstram que a dimensão agradabilidade aparece ligada a factores de aprendizagem.

Relativamente à agressividade, os resultados indicam que a Agressividade Física, a Hostilidade e a Agressividade Total se correlacionam negativamente com a escolaridade, ou seja, quanto maior a escolaridade menores os níveis de agressividade. Considerando estes dados e o facto de a escolaridade representar um factor ambiental sobre o comportamento, podemos afirmar que estes resultados dão consistência à teoria de Gonçalves (2000), que defende que o ambiente pode determinar a agressividade ou aumentar o risco em relação ao envolvimento em actos violentos e anti-sociais. O autor afirma ainda que algumas características fisiológicas podem estar na predisposição para a agressividade mas tais predisposições são em grande medida moderadas pelo ambiente.

Conclusão

Tal como foi anteriormente referido, o objectivo da presente investigação foi estudar a relação entre traços de personalidade e a agressividade numa amostra de adolescentes e jovens adultos residentes em alguns bairros sociais, bem como contribuir para uma maior compreensão destas variáveis, nomeadamente a sua relação com as variáveis ‘género’, ‘idade’ e ‘escolaridade’.

De um modo geral, e comparando os dados deste estudo com outros (e.g. Lander, 1954; Shaw & McKay, 1969; Shaber, 1970; Born, 2005), observamos que os adolescentes e jovens adultos participantes apresentaram, segundo as estatísticas descritivas, valores mais altos em Agradabilidade e mais baixos em Neuroticismo, relativamente às dimensões da personalidade, e valores mais altos para a Agressividade Verbal e mais baixos para a Agressividade Física. Estes dados desmistificam certos estereótipos sobre os jovens de bairros sociais, entre os quais aqueles que relacionam estes jovens com maiores níveis de agressividade. É de referir que esses estereótipos, muitas vezes veiculados pela comunicação social, acabam por reificar o imaginário social sobre bairros sociais como sendo problemáticos.

Relativamente às diferenças de género, verificamos que existem diferenças entre jovens do sexo masculino e jovens do sexo feminino apenas na Agradabilidade e na Agressividade Física.

Quanto às correlações, pode-se afirmar que poucas se revelaram significativas, contrastando a hipótese da relação entre os traços de personalidade e a agressividade. No entanto, será pertinente realçar as correlações, no sentido negativo, entre a Agradabilidade e a agressividade e entre esta última e a escolaridade. Estas correlações e o facto de não existirem correlações significativas e positivas entre traços conotados negativamente, como o neuroticismo, e a agressividade, indica-nos que, mais importante do que a possível relação entre a agressividade e factores negativos, será a relação entre factores positivos e a diminuição da agressividade. Ou seja, poderá ser mais útil, em termos de implicações práticas, uma abordagem centrada nos recursos, focando-nos na promoção, por exemplo, da agradabilidade e da escolaridade, e menos no que especulamos serem possíveis factores negativos de aumento da agressividade. Muitos estudos demonstram a agradabilidade como a dimensão da personalidade que reflecte uma motivação individual para manter relações

interpessoais harmoniosas, e para minimizar conflitos interpessoais (Gleason, Jensen-Campbell & Richardson, 2004).

No que diz respeito às limitações deste estudo, podemos referir o tamanho da amostra e o facto de esta ser constituída por participantes de apenas quatro bairros sociais, o que põe em causa a generalização dos resultados. É também de referir a dificuldade na recolha de dados nesta amostra, uma vez que alguns grupos são menos acessíveis ou mostram alguma resistência em colaborar no preenchimento do protocolo. Nesses casos, pode-se pedir ajuda a uma pessoa residente que irá transmitir maior confiança aos participantes a colaborarem no estudo.

Sugere-se que em futuros estudos a metodologia possa ser melhorada, recorrendo a uma amostra maior e abarcando mais bairros, e, ainda que possa ser estudada a relação entre a personalidade e agressividade com outras variáveis, como a religião, a etnia ou a naturalidade. Seria também interessante a realização de um estudo comparativo entre os jovens residentes nos bairros ditos problemáticos e os jovens que residem em bairros que não têm essa conotação pejorativa.

Em modo de conclusão, pode-se considerar que o desenvolvimento do presente estudo foi relevante na medida em que os seus resultados contribuíram para uma maior compreensão das variáveis personalidade e agressividade, bem como da relação entre estas. Consequentemente, cremos que estes dados poderão ser úteis na promoção de estratégias de prevenção face à possível agressividade e delinquência nos adolescentes e jovens adultos.

Bibliografia

- Aiken, L. R. (1999). *Human differences*. Lawrence Erlbaum associates, publishers Mahwah, New Jersey.
- Ajuriaguerra, J. & Marcelli, D. (1986). *Manual de psicopatologia Infantil* (2ª Edição). Porto Alegre: Artes Médicas.
- Allport, G.W. & Odbert, H.S. (1936). Trait-names: A psycho-lexical study. *Psychological Monographs*, 47(211).
- Allport, G. W. (1937). *Personality: A psychological interpretation*, Nova Iorque, Holt;
- Allport, G. W. (1966). *Personalidade, padrões e desenvolvimento*. Editora Herder. Editora da Universidade de São Paulo.
- Archer, J. (2004). Sex differences in aggression in real-world settings: A meta-analytic review. *Review of General Psychology*, 8, 291-322.
- Bandura, A. (1973). *Aggression: A social learning analysis*. Englewood Cliffs, N J: Prentice Hall.
- Benet-Martínez, V. & John, O.P. (1998). Los cinco grandes across cultures and Ethnic Groups: Multitrait multimethod analyses of the Big Five in Spanish and English. *Journal of Personality and Social Psychology*, 75, 729-750.
- Born, M. (2005). *Psicologia da delinquência*. 1ª Edição, Lisboa, Climepsi editores.
- Bouchard, T.J. (1997). Whenever the twain shall meet. *The Sciences*, 37(5), 52-57.
- Briggs, S. R. (1992). Assessing the Five-Factor Model of personality description, Special Issue The Five Factor Model: Issues and applications. *Journal of personality*, 60 (2), 253-293.
- Buhler, C. (1962). *A psicologia na vida do nosso tempo*. 4ª Edição, Fundação Calouste Gulbenkian. Lisboa.
- Burton, L. A., Hafetz, J., & Henninger, D. (2007). Gender differences in relational and physical aggression. *Social Behavior and Personality*, 35, 41-50.
- Buss, A. H. & Durkee, A. (1957). An inventory for assessing different kind of hostility. *Journal of Consulting Psychology*, 21, 345-349.
- Buss, A. H. & Perry, M. P. (1992). The aggression questionnaire. *Journal of Personality and Social Psychology*, 63, 452-459.
- Byrne, D. (1966). *Introduction to personality*, Englewood Cliffs, N. J., Prentice Hall.

- Campbell, A. (2006). Sex differences in direct aggression: What are the psychological mediators? *Aggression and Violent Behavior* II, 237-264.
- Caprara, G. V., Barbaranelli, C., & Zimbardo, P. G. (1996). Understanding the complexity of human aggression: Affective, cognitive, and social dimensions of individual differences in propensity toward aggression. *European Journal of Personality*, 10, 133–155.
- Carver, C. S. & Scheier, M. F. (2000). *Perspectives on Personality*, Londres, Allyn and Bacon.
- Cattell, R. B. (1943). The description of personality: basic traits resolved into clusters. *Journal of Abnormal Social Psychology*, 38, 476 – 506.
- Cattell, R. B. (1950). *Personality*, Nova Iorque, McGraw.
- Cattell, R. B. (1965). *The scientific analysis of personality*, Baltimore, Penguin Books.
- Condon, L.; Morales-Vives, F.; Ferrando, P. J.; Vigil-Colet, A. (2006). Sex Differences in the Full and Reduced Versions of the Aggression Questionnaire. A Question of Differential Item Functioning? *European Journal of Psychological Assessment*, Vol. 22(2):92–97.
- Costa, P. T. & McCrae, R. R. (1986). Personality Stability and its implications for clinical psychology. *Clinical Psychology Review*, 6, 407-423.
- Costa, P. T. & McCrae, R. R. (1990). *The NEO personality inventory manual revised*, Odessa, FL, Psychological Assessment Resources.
- Cousson, M. (1998). *Criminologie actuelle*, Paris, PUF.
- Digman, J. M. (1990). Personality Structure: Emergence of the five-factor model. *Annual Review of Personality*, 41, 417-440.
- Dishion, T.J., & Patterson, G.R. (2006). The development and ecology of antisocial behavior in children and adolescents. in: D.J. Cohen, & D. Cicchetti (Eds.), *Developmental Psychopathology* (pp. 503–541). Hoboken, NJ: Wiley.
- Dodge, K. A. & Coie, J. D. (1987). Social information processing factors in reactive and proactive aggression in children's peer groups. *Journal of Personality and social Psychology*, 53, 1146-1158.
- Doron, R. & Parot, F. (1991). *Dictionnaire de Psychologie*. Paris: PUF.
- Eagly, A. H. & Steffen, V. J. (1986). Gender and aggressive behavior: a meta-analytic review of the social psychological literature, *Psychological Bulletin*, 100(3), 309-330.

- Eysenck, H. J. (1953). *The structure of human personality*, Nova Iorque, Wiley.
- Eysenck, H. J. (1976). *The structure of human personality*. London: Methuen, 3ª Edição.
- Eysenck, H. J. (1982). *Personality, genetics and behavior*. New York: Praeger.
- Eysenck, H. J. (1993). The structure oh phenotypic personality traits: Comment: *American Psychologist*, 48 (12), 1299-1300.
- Eysenck, H. J. & Eysenck, S. B. (1975). *Manual for the Eysenck Personality Questionnaire*. London: Hodder & Stoughton.
- Eysenck, H. J. & Eysenck, S. B. (1978). Psychopathy, personality and genetics. In R. D. Fiske, D. W. (1949). Consistency of the factorial structures of personality ratings from different sources. *Journal of Abnormal Social Psychology*, 44, 329 – 344.
- Freud, A. (1972). Comments on Aggression. *Internacional Journal Psycho-Anal*, Vol. 53, 163 – 177.
- Geen, R. G. (1990). *Human Aggression*. Great Britain: Eds. Mapping Social Psychology.
- Gilbert, F & Daffern, M. (2011). Illuminating the Relationship between Personality Disorder and Violence: Contributions of the General Aggression Model Psychology of Violence, American Psychological Association. Vol. 1, No. 3, 230–244.
- Gleason, K. A.; Jensen-Campbell, L. A. & Richardson, D. S. (2004). Agreeableness as a Predictor of Aggression in Adolescence. *Aggressive Behavior*. Vol.30, p. 43–61.
- Goldberg, L. R. (1981). Language and individual differences: The search for universals in personality lexicans. In wheeler L. (Ed), *Review of Personality and Social Psychology* (vol. 2, pp. 141-166). Beverly Hills, CA: Sage publications.
- Gonçalves, R. A. (1989). Da dimensão psicológica da delinquência à dimensão psico-social do comportamento desviente. In M. Maia, *Delinquência: Textos a pretextos* (pp.34-42). Porto: Ed. Salesianas.
- Gonçalves, R. A. (2000). *Delinquência, Crime e Adaptação à Prisão*. Colecção Psicologia Clínica e Psiquiatria nº 3. Quarteto Editora, Coimbra.
- Graziano, W. G. & Eisenberg, N. (1997). Agreeableness: A dimension of personality. In: Hogan J, Johnson J, Briggs S, editors. *Handbook of personality psychology*. San Diego: Academic Press. p 795–824.
- Haan,A.; Prinzie, P. & Dekovic,M. (2010). How and why children change in aggression and delinquency from childhood to adolescence: moderation of overreactive parenting by child personality. *Journal of Child Psychology and Psychiatry* 51:6, p.725–733.

- Hacker, F. (1981). *Agressividade*. Lisboa: Editora Bertrand.
- Hansenne, M. (2004). *Psicologia da personalidade*. 1ª Ed. Lisboa; Climepsi Editores.
- Hare & Schaling (eds.), *Psychopathic behavior: Approaches to research* (197-223); N. Y.: Wiley.
- Hogan, R. (1986). *Manual for the Hogan Personality Inventory*. Minneapolis: National Computer Systems.
- Howells, K. & Hollin, C. (1989). *Clinical Approaches to violence*. England: John Wiley e Sons.
- Hyde, J. S. (1984). How large are gender differences in aggression? A developmental meta-analysis, *Developmental Psychology*, 20 (4), 722-736.
- John, O.P., Caspi, A., Robins, R.W., Moffitt, T.E., & Stouthamer-Loeber, M. (1994). The Little 5 – exploring the nomological network of the 5-Factor Model of personality in adolescent boys. *Child Development*, 65, 160–178.
- Kenny, D. & Press, A. (2006). Violence Classifications and Their Impact on Observed Relationships With Key Factors in Young Offenders. *Psychology, Public Policy, and Law*, Vol. 12, No. 1, 86–105.
- Kohut, H. (1978). *The Search for the Self: selected writings of Heinz Kohut, 1950/1978*, vol. 2. New York: International Universities Press, Inc.
- Kohut, H. (1988). *Psicologia do Self e a Cultura Humana: reflexões sobre uma nova abordagem psicanalítica*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Kring, A. M. (2000). Gender and anger. In A. H. Fischer (Ed.), *Gender and emotion: social psychological perspectives* (pp. 211-231). Cambridge: Cambridge University Press.
- Lander, B. (1954). *Towards an understanding of juvenile delinquency: A study of 8464 cases of delinquency in Baltimore*, Nova Iorque, Columbia University Press.
- Le Blanc, V. M. & Frechette, M. (1987). *Délinquance et délinquent*, Gaetan Morin, Paris.
- Leigh, D., Pare, C. & Marks, J. (1981). *Enciclopédia concisa de psiquiatria*. Lisboa: Roche.
- Leonard, K. E., Quigley, B. M., & Collins, R. L. (2003). Drinking, personality, and bar environmental characteristics as predictors of involvement in barroom aggression. *Addictive Behaviors*, 28, 1681– 1700.
- Lewin, K. (1951). *Field Theory in Social Science*. Harper & Bros., New York;
- Linton, R. (1986). *Le fundamente culturel de la personnalité*, Paris, Dunod.

- Loconte, W. (1999). *Violência urbana*. São Paulo: Actual.
- Maccoby, E. E. & Jacklin, C. N. (1974). *The psychology of sex differences*, Stanford, Stanford University Press.
- Manders, W.A., Scholte, R.H.J., Janssens, J.M.A.M., & De Bruyn, E.E.J. (2006). Adolescent personality, problem behaviour and the quality of the parent–adolescent relationship. *European Journal of Personality*, 20, 237–254.
- Maranhão, O. R.(1983).Personalidade psicopática e personalidade delinquente essencial. *Revista de Investigação Criminal*, 9, 29-37.
- Martinho, J. (2010). *Persona – Uma introdução às teorias da personalidade*. 3ª Ed. Revista e aumentada. Edições Universitárias Lusófonas, Lisboa.
- Matza, D. (1969). *Becoming deviant*. N. J. : Prentice Hall.
- McCrae, R.R. & Costa, P.T. (1985). Updating Norman’s “adequate taxonomy”. Intelligence and personality dimensions in natural language and in questionnaire. *Journal of Personality & Social Psychology*, 49, 710-721.
- McCrae, R. & Costa, P.T. (1987). Validation of the five factor model of personality across instruments and observers. *Journal of Personality & Social Psychology*, 52, 81-90.
- McCrae, R.R. & Costa, P.T. (1991). «Adding Liebe und Arbeit: The full five-factor model and well being», *Personality and Social Psychology Bulletin*, 17, pp. 227-232.
- McCrae, R. R. & John, O. P. (1992). An introduction of the five-factor, Model and its applications, *Journal of personality*, 60, 175-215.
- McDougall, W. (1932). Of the words character and personality. *Character personality*, 1, 3 – 16.
- Meloy, J. R. (1988). *The Psychopathic Mind: origins, dynamics, and treatment*. Northvale, N. J.: Jason Aronson.
- Meloy, J. R. (2000). *Les psychopathes. Essai de psychopathologie dynamique*. Paris: Editions Frison-Roche.
- Miller, C. A.; Parrott, D. J. & Giancola, P. R. (2009). Agreeableness and Alcohol-Related Aggression: The Mediating Effect of Trait Aggressivity. *Experimental and Clinical Psychopharmacology*. Vol. 17, No. 6, 445–455.
- Mischel, W. & Shoda, Y. (1998). Reconciling processing dynamics and personality dispositions, *Annual Review of Personality*, 49, pp. 229-258.

- Moffitt, T. E., Caspi, A., Rutter, M. & Silva, P. A. (2001). Sex differences in antisocial behavior. Conduct disorder, delinquency and violence in the Dunedin longitudinal study. Cambridge: Cambridge University Press.
- Munnich, I. (1983). Agression, Criminalité, Psychopathie. France: Bulletin de Psychologie, 359.
- Nagy, E., Loveland, K. A., Kopp, M., Orvos, H., Pal, A., & Molnar, P. (2001). Different emergence of fear expressions in infant boys and girls. *Infant Behavior & Development*, 24, 189–194.
- Najman, J. M., Hayatbakhsh, M. R., McGee, T. R., Bor, W., O’Callaghan, M. J. & Williams, G. M. (2009). The Impact of Puberty on Aggression/Delinquency: Adolescence to Young Adulthood. *The Australian and New Zealand Journal of Criminology*, Vol.42, No 3, pp. 369–386.
- Norman, W.T. (1963). Toward an adequate taxonomy of personality attributes: Replicated factor structure in peer nomination personality ratings. *Journal of Abnormal & Social Psychology*, 66, 574-583.
- Oliveira, J. P. (1994). Vinculações perigosas – uma breve incursão na vida imaginária do psicopata e daqueles que com ele estabelecem vinculações significativas. *Actas do Congresso do Imaginário (no prelo)*. Lisboa, ULHT.
- Oliveira, J. P.; Anciães, A. & Faria, M. (1999). Agressividade e Psicopatia: Contribuição compreensiva através do Rorschach e Mini-Mult. Comunicação apresentada na VII Conferência Internacional de Avaliação Psicológica, Braga;
- Phares, E. J. (1991). *Introduction to psychology*. (3rd. ed.) New York: Harper Collins Publishers.
- Pinatel, J. (1987). *Le Phénomène criminel*, MA, Paris.
- Prinz, P., Onghena, P., Hellinckx, W., Grietens, H., Ghesquière, P., & Colpin, H. (2003). The additive and interactive effects of parenting and children’s personality on externalizing behaviour. *European Journal of Personality*, 17, 95–117.
- Robinson, M. D. & Wilkowski, B. M. (2010). Personality Processes in Anger and Reactive Aggression: An Introduction. *Journal of Personality* 78:1, Wiley Periodicals.
- Ryckman, R. (1982). *Theories of personality*. (2nd/ ed.) Monterey, CA: Brooks/Cole.
- Schaber, G. (1970). Notes de cours. Cours d’introduction à la psychologie du crime et de la délinquance. Liège, Universidade de Liège.
- Sharpe, J. P., & Desai, S. (2001). The revised NEO Personality Inventory and the MMPI–2

- Psychopathology Five in the prediction of aggression. *Personality and Individual Differences*, 31, 505–518.
- Shaw, C. R. & McKay, H. D. (1969). *Juvenile delinquency and urban areas* (revisto), Chicago. University of Chicago Press.
- Simões, A. (1993). São os homens mais agressivos de que as mulheres? *Revista Portuguesa de Pedagogia*, 3, 387-404.
- Skodol, A. (1998). *Psychopathology and Violent Crime*. Washington, DC: American Psychiatric Press.
- Smith, G. M. (1967). Usefulness of peer rating of personality in educational research. *Educational and Psychological Measurement*, 27, 967 – 984.
- Smits, D. J. M., & De Boeck, P. (2007). From anger to verbal aggression: Inhibition at different levels. *Personality and Individual Differences*, 43, 47–57.
- Soto, C.; John, O.; Gosling, S. & Potter, J. (2011). Age Differences in Personality Traits From 10 to 65: Big Five Domains and Facets in a Large Cross-Sectional Sample. *Journal of Personality and Social Psychology*, Vol. 100, No. 2, 330–348.
- Tardiff, K. (1996). *Assessment and Management of Violent Patients* (2ª Edição), Washington, DC: American Psychiatric Press.
- Teixeira, J. (2000). *Comportamentos Criminais: Perspectiva biopsicológica*. Vale & Vale editores Lda..
- Tremblay, R. E., & Nagin, D. S. (2005). The developmental origins of physical aggression in humans. In R. E. Tremblay, W. W. Hartup, & J. Archer (Eds.), *Developmental origins of aggression* (pp. 83–106). New York: Guilford Press.
- Tyrode, Y. & Bourcet, S. (2002). *Os adolescentes violentos*. 1ª edição, Lisboa, Climepsi Editores.
- Zneider, M. (1994). «Personality trait correlates of intelligence», in D. H. Sakloske, M. Zeidner (eds.) (1994), *International handbook of personality and intelligence. Perspective on individual differences*, Nova Iorque, Plenum, pp. 121-142.